



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1
2
3
4

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA

5Aos nove dias do mês de maio de dois mil e treze, realizou-se a Quadragésima
6Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA
7na sede da SERGS/RS, com início às 14 horas, com a presença dos seguintes
8Conselheiros: **Sra. Mari Perusso**, representante da SEMA e Presidente deste
9Conselho; **Sr. Fernando Hartmann**, representante da SERGS; **Sr. Itabajara Vaz**,
10representante da CBIOT; **Sra. Ana Rosa Bered**, representante do Corpo Técnico da
11FEPAM; **Sra. Lisiane Becker**, representante da Miraserra; **Sr. Ludwig Buckup**,
12representante da IGRÉ; **Sr. Angêlo Antonio V. Silva**, representante da SSP-BM-
13CABM ; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, representante da AGAPAN, **Sr. Alexandre**
14**Scheifler**, representante da FETAG/RS, **Sr. Paulo Brack**, representante da INGÁ,
15**Sra. Gilda Goulart**, representante da FAMURS, **Sr. José Homero Finamor Pinto**,
16representante do CREA; **Sr. Darci Bernech Campani**, representante da UFRGS;
17**Sr. Paulo José Gallas**, representante da SCIT; **Sra. Silvana Favreto**,
18representante da SEDUC; **Sr. André José Kryszczun**, representante de SEDAC;
19**Sra. Ana Lucia Cruz**, representante do SINDIÁGUA/RS; **Sra. Luiza Christina**
20**Schafer**, representante da SEPLAG; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr.**
21**Jurandir Farias**, representante da SEINFRA; **Sr. Torvaldo Marzolla**,
22representante da FIERGS; **Sr. Marco Antonio Franceschi**, representante da SDPI;
23**Sr. João Pessoa R. Moreira Junior**, representante do IBAMA; **Sr. Clóvis Kurtz**
24**Galery**, representante da SES; **Sr. João Carlos A. Santos**, representante da
25SOP/RS; **Sr. Eduardo Stunpf**, representante do Fórum de Comitês de Bacia
26Hidrográficas; **Sr. Valdir P. Zonin**, representante da SEAPA e **Sra. Márcia Gomes**,
27representante da FEPAM. Ainda encontravam-se presentes os senhores: Viviane
28Martins Bertola, Regina Gomes de Freitas, Leila Affonso Reis de Souza, Rosaura
29Heurich, Douglas Vitorassi, Clebes Pinheiro, Rafael Volquind, Márcia Gomes e Vanise
30Tombesi Pires da FEPAM; Karla Leal Cozza, Mario Luiz Rangel e Paulo César Cardoso
31Germano do Fórum de Comitês de Bacia Hidrográficas; Paula S. de Moura do
32SINDIÁGUA/RS; Marilene Conte da FIERGS; Raíssa Rilo Christoff, Pâmela Manica,
33Thaís Silva Borges e Fernanda da ONG Mira Serra; Silvia Aparecida Rudek Wathier da
34FAMURS; Diego Polacchini Carrillo do Corpo Técnico da FEPAM; Mauricio V. de Souza
35do IBAMA; Marcel Frison e Guilherme Barbosa da SEHABS; Francisco Goulart, Luiz
36Fernando Jochims, Paula Maria Cypriano e Fernando Machado da CORSAN; Fernando
37Franco da SGG; Sandra Jussara Mendes Ribeiro da AGAPAN; Thiago Krebbs, Tatiane
38O. Leite e Fabrício Dias Loguercio da SEMA. Justificaram ainda as ausências os

39senhores Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Elisabete Zanin representantes da
40Instituição Universitária Privada e Daniel Chies e Margô Guadalupe Antonio
41representantes da ONG Amigos da Floresta. Deu-se inicio a reunião com a palavra a
42senhora Gabriela Freitas, Secretária Executiva do CONSEMA. Sra. Gabriela Freitas:
43Boa tarde senhores conselheiros damos inicio agora a quadragésima primeira reunião
44extraordinária do CONSEMA, inicialmente então eu vou fazer a leitura das
45comunicações: a Secretaria Estadual da Educação indica a senhora Silvana Favreto
46para representar a secretaria nesta reunião; o SINDIÁGUA indica a senhora Paula
47Silva de Moura para substituir o senhor David Edison Borges Maciel Barros, junto a
48Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município na
49qualidade de suplente; e a FEPAM indica a senhora Márcia de Souza Gomes diretora
50presidente para representar a fundação nesta reunião. Além disso nós temos outras
51representações aqui, que eu devo ler agora: "Designamos o senhor Clóvis Kurtz
52Galery para representar a Secretaria Estadual de Saúde nesta reunião. Informamos
53que a servidora Luiza Christina Schafer participará da quadragésima primeira reunião
54extraordinária do CONSEMA e se realizar no dia nove de maio do corrente ano, tendo
55em vista que a servidora Laurie Fofonka Cunha que é representante suplente desta
56pasta não comparecerá. Atenciosamente secretário de estado João Constantino
57Motta, Secretaria de Planejamento de Ação e de Participação Cidadã. Justificativa de
58ausencias: Instituição Universitária Privada justifica a ausência de seus
59representantes Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Elisabete Zanin; e a ONG Amigos da
60Floresta justifica a ausência de seus representantes: Daniel Chies e Margô
61Guadalupe Antonio. Vamos fazer a verificação de quórum, por favor senhores
62conselheiros queiram levantar seus crachás para a verificação de quórum. Vinte e
63quatro conselheiros presentes, *habemus quorum*. Vamos dar início a reunião com o
64ponto de pauta proposto pelo CREA/RS (Conselho Regional de Engenharia e
65Agronomia do Rio Grande do Sul) da minuta que "Dispõe sobre a excepcionalidade
66dos sistemas públicos de esgotamento sanitário, no que diz respeito aos padrões e
67condições para a emissão de efluentes líquidos em águas superficiais do Estado do
68Rio Grande do Sul". Nós gostaríamos de observar que ficou alterado na última
69reunião Ordinária do CONSEMA o paragrafo único desta minuta, alteração proposta
70pela Assessoria Jurídica da SEMA, trata-se do paragrafo final, a qual eu passo a fazer
71a leitura agora: "*Parágrafo único – Ao final do prazo estabelecido no caput, o*
72*Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA deverá iniciar nova discussão*
73*sobre esta resolução, permanecendo em vigor a presente Resolução, até que haja*
74*novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA."* Sra.
75Presidente Mari Perusso: Boa tarde a todas e a todos, gostaria aqui de dar as boas
76vindas aos conselheiros e conselheiras, conselheiros governamentais, saudar meus
77companheiros de secretariado, Secretário Marcel Frison, a Diretoria da FEPAM, aqui
78representada pela Presidenta Márcia Gomes, pelo nosso Diretor Técnico Rafael, aos
79Funcionários da FEPAM aqui presente também representados pela Associação, as
80Entidades Não Governamentais, Universidades, Entidades Empresariais, e todos os
81seguimentos que aqui participam. Como é de conhecimento público, eu assumi a
82Secretaria de Meio Ambiente no último dia trinta de abril, estou a frente desta
83Secretaria tratando de trabalhar a normalidade e a rotina de todos os processos e
84trabalhos que desenvolvem a SEMA e a FEPAM, num momento difícil para nós
85funcionários, gestores governamentais, mas que estamos aí trabalhando nosso dia a
86dia e que vale um agradecimento especial aos servidores destas duas casas da SEMA
87e da FEPAM. Hoje essa reunião extraordinária ela tem uma pauta única, que é a

88 proposta de minuta do CREA, eu então gostaria já de ler, contextualizar esta pauta
89 que vocês conhecem, mais do que eu, e acompanham essa situação até a presente
90 data das reuniões até aqui. Na centésima quadragésima quarta reunião ordinária do
91 CONSEMA, foi encaminhado a pedido do CREA a proposta de minuta que trata sobre
92 esse tema para a Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental, a
93 câmara técnica tratou da proposta em sua centésima terceira reunião ordinária no
94 dia dez de abril do corrente ano e na vigésima reunião extraordinária desta câmara
95 no dia dezesseis de abril do corrente, onde foi aprovada a minuta que foi
96 encaminhada para a centésima quinquagésima quinta reunião do CONSEMA que
97 aconteceu no dia dezoito de abril de dois mil e treze, nesta reunião para contribuição
98 da contextualização da proposta da minuta o senhor Arnaldo Dutra, presidente da
99 CORSAN, realizou apresentação ao plenário, sobre o contexto histórico do
100 saneamento básico no Rio Grande do Sul, após debate entre os conselheiros, três
101 entidades fizeram pedido de vista, são elas: ASFEPAM, Mira Serra, Comitê de Bacias
102 Hidrográficas... CREA, FETAG, AGAPAN e INGÁ. Então nós na data de hoje, neste
103 momento, estou propondo para a votação, pra nós trabalhar a metodologia da
104 apresentação dos pareceres, então a proposta é de que cada uma destas entidades
105 apresente Comitê de Bacias Hidrográficas, INGÁ, AGAPAN, FETAG, Mira Serra,
106 ASFEPAM e CREA. Apresentem seus pareceres de seus pedidos de vista, estou
107 propondo cinco minutos de tempo, para depois a gente passar para as intervenções,
108 discussões e votação. Sr. Paulo Brack: Boa tarde, sou o Paulo do INGÁ, eu poderia...
109 Sra. Presidente Mari Perusso: Sim por favor. Sr. Paulo Brack: Boa tarde a
110 presidência, boa tarde a todos, nós do INGÁ e falo em nome das demais entidades
111 ambientalistas do Rio Grande do Sul, nós consideramos que, diante do quadro que
112 temos e de tudo que aconteceu na secretária, desta reorganização necessária, para
113 colocar em ordem a secretária e restabelecer um clima necessário, nós da mesma
114 forma nós sabemos que o CONSEMA, também necessita de ter um ambiente, com
115 pessoas e com toda a sua estruturação, pelo menos que o clima e as pessoas que
116 fazem parte do conselho e os representantes do governo em fim, que nós tenhamos
117 uma já segurança de uma situação que deveria ser encontrada, e que nós não
118 encontramos neste momento então em condição de... considerando que não seria, e
119 já encaminhamos isso junto até com nosso parecer. Nós achamos que o momento
120 não é para deliberação, já que essa discussão foi apressada, houve uma reunião em
121 que... uma proposta que, ela chegou a três dias antes da reunião do CONSEMA, a
122 última proposta e tivemos pouco tempo para aprofundar essa questão, já que ela
123 coloca em caráter de excepcionalidade três... duas... no caso pelo menos, resoluções
124 que... as resoluções do CONSEMA que levou um tempo muito grande pra se
125 elaborar, nós não consideramos que o CONSEMA esteja em condições de deliberar
126 sobre este tema. Então a gente faz aí um apelo, talvez a gente consiga continuar
127 esta discussão, mas que não deliberemos. Em segundo lugar nós queremos que a
128 secretária ela possa sim ser restabelecida nos seus quadros com caráter técnico e
129 que a questão política partidária não fique predominando, inclusive que pessoas
130 estranhas a área coloquem seus cargos a disposição, por que pessoas que são
131 ligadas ou indicadas a partidos, que são completamente estranhas a área, eu diria
132 aqui a questão do DEFAP, não só o que aconteceu em outros setores, mas eu diria o
133 DEFAP também nós precisamos considerar, colocar ele como um órgão estratégico,
134 como setor estratégico da SEMA, que a gente sabe que vários agentes, hoje dentro
135 do governo, eles fazem parte de cotas partidárias, eu acho que isso aí enfraquece
136 muito a secretária, enfraquece as políticas ambientais, a gente também gostaria de

137fazer essa colocação. Obrigado. Sra. Presidente Mari Perusso: Paulo Brack, eu até
138tentei Paulo Brack ter uma agenda contigo, não deu certo as ligações de telefone
139pra te receber na quinta, pela APEDEMA lá que deixaste recado. Eu gostaria antes de
140dar seguimento de colocar em votação essa questão colocada, por que nós
141entendemos que nós gestores estamos em plena capacidade de exercício do
142mandato de secretaria, assim como a presidente da FEPAM, nossos entes de
143governo, vocês colocaram e inclusive eu encaminhei estas outras questões que são
144extra pauta, aqui da questão deste tema específico desta pauta, em que vocês
145colocam no parecer, eu encaminhei ao centro de governo e teremos uma reunião,
146que será mantida, a reunião ordinária do CONSEMA no dia dezesseis de cinco, em
147que depois a gente trabalhará a pauta. Então para dar seguimento aqui a questão da
148pauta eu gostaria de colocar em votação esta questão da continuidade da reunião.
149Então em votação. Quem for favorável... Sr. Paulo Brack: Uma correção. É em
150caráter deliberativo. Que a reunião não tenha o caráter deliberativo. A nossa
151proposta é que não tenha caráter deliberativo. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta
152certo em caráter de votação, que a gente continue a reunião, e que faça em caráter
153deliberativo. A proposta da INGÁ, da APEDEMA, do Paulo é que se faça a reunião
154mas que não tenha caráter deliberativo. Então proposta numero um e proposta
155numero dois. Vamos a votação. Proposta numero um, por favor quem for favorável a
156continuidade da reunião com caráter deliberativo, levante o crachá. Dezoito votos.
157Quem for pela proposta numero dois, de continuidade da reunião, mas sem caráter
158deliberativo. Seis votos. Então dezoito, e seis votos, então não temos abstenções por
159que foi apurada a totalidade dos votos e que tiveram seu posicionamento.
160Retornando a questão da metodologia para apresentação dos pareceres, o Comitê de
161Bacias Hidrográficas não esta presente. Conselheiro não identificado: Estão
162chegando. Sra. Presidente Mari Perusso: Nós tínhamos a proposta da INGÁ, da
163AGAPAN, dos Comitês, da FETAG, da Mira Serra, da ASFEPAM e do CREA para
164apresentarem seus pareceres e pedidos de vista. Pois não Finamor: Sr. José Homero
165Finamor Pinto: Quanto a metodologia, eu gostaria de solicitar... eu que apresentei a
166proposta pelo CREA, mas que nunca foi apresentada a proposta no plenário do
167CONSEMA, houve uma apresentação pelo presidente da CORSAN, nada a ver com a
168proposta do CREA. Nós fizemos uma apresentação da proposta lá na câmara técnica
169na primeira reunião, e aqui no CONSEMA nunca foi feita a apresentação. Então eu
170gostaria como autor da proposta fazer uma apresentação que eu fiz, para poder
171esclarecer as pessoas do assunto que a gente esta tratando. Sra. Presidente Mari
172Perusso: Bom vamos fazer a votação, por que quem esteve participando da câmara
173técnica, as entidades conhecem, então como fizemos aqui pela outra. Vamos
174apresentar a proposta, anterior aos pareceres e pedidos de vista. E a outra questão
175de passarmos direto aos pareceres e pedidos de vista. Então vamos a votação. A
176primeira proposta apresentar; a segunda de irmos direto aos pareceres e pedidos de
177vista. Então em votação. Quem apoia a apresentação da proposta de apresentação
178da proposta por parte da CORSAN... da suspensão... Sra. Gabriela Freitas: Do CREA.
179Sra. Presidente Mari Perusso: Do CREA, desculpem-me. É que quem fez a
180apresentação anterior foi a CORSAN. Em votação. Quem concorda com essa
181proposta, por favor levante o crachá. Seis votos. Quem concorda que nós passemos
182a avaliar os pareceres e pedidos de vista, quem vota. Quatorze votos. Abstenções.
183Quem tem abstenção. Quatro abstenções. Ao tempo da apresentação dos pareceres,
184cinco minutos, a ideia é que pode se estender mais três minutos. Apresenta o
185parecer em cinco minutos, podendo estender a três, essa é a proposta da mesa.

186Precisamos votar esse tempo ou a gente pode passar essa questão. Cinco minutos
187para a apresentação e se precisar mais três minutos. Ok, não precisamos votar?
188Então chamo aqui já de imediato o representante do INGÁ para fazer a apresentação
189do parecer do pedido de vista. Paulo. Sra. Gabriela Freitas: Paulo, se puderes falar
190aqui, no microfone pra depois podermos fazer a degravação. Obrigado. Sr. Paulo
191Brack: Então. Em primeiro lugar eu queria só fazer um esclarecimento, é que nós
192não pedimos... senhora presidente, secretaria, ...nós não pedimos pra falar com a
193senhora essa semana, acho que houve um equivoco, no caso o Edison me ligou
194perguntando o meu telefone... talvez acho que foi mais... até nós não chegamos a
195fazer essa..., pela APEDEMA não chegamos a fazer, secretaria, só pra esclarecer.
196Bom cabe destacar que a resolução do CONSEMA cento e vinte e nove de dois mil e
197seis, que dispõem sobre a definição de Critérios e Padrões de Emissão para
198Toxicidade de Efluentes Líquidos lançados em águas superficiais do Estado do Rio
199Grande do Sul, teve discussão e elaboração que levou anos nas câmaras técnicas
200permanentes do conselho. Atualmente os padrões Atualmente, os padrões e
201condições para a emissão de efluentes líquidos em águas superficiais não tem o
202acompanhamento necessário, conforme reconhecido pelos técnicos da FEPAM e o
203próprio ex-diretor da CORSAN, o que acaba em resultar em seu descumprimento,
204como por exemplo os altos níveis do elemento Fósforo. Tal situação já foi explanada
205em diversas falas, no CONSEMA, na reunião anterior, e não é novidade a má
206qualidade de corpos d'água, decorrente de poluição. Consideramos que
207"Excepcionalidade" é uma condição que, se utilizada, é ligada a situações eventuais
208como acidentes, por exemplo, sempre em curtos períodos de tempo. Mas a atual
209proposta, que seria decorrente de demandas de projetos do PAC, abre exceção
210perigosa e levanta muitas dúvidas, criando precedente negativo em todas as áreas,
211em nosso tão combatido ambiente do RS. Ademais, a proposta teve trâmite rápido na
212Câmara Técnica Permanente de Qualidade Ambiental, com proposições sem a
213discussão necessária. Inclusive os próprios também apresentaram aqui seu
214desconforto por não terem sido, os funcionários da FEPAM, por não terem sido
215consultados e aberto uma discussão maior dentro do próprio corpo técnico da
216FEPAM, então nós consideramos que... Ademais a proposição era também defendida
217veementemente por agentes públicos da direção da SEMA e CORSAN que estão hoje
218mais nos seus cargos, o que deixa o tema destituído de encaminhamento adequado.
219Em um dos casos, da SEMA, o corpo de funcionários, então já tínhamos falado, não
220foram consultados para isso. Então cabe lembrar que a primeira versão da proposta
221pedia também a dispensa da realização de estudo de capacidade de suporte para os
222corpos hídricos receptores, o que é inadmissível do ponto de vista de que os corpos
223d'água no Estado já se encontram, em algumas condições, em condições bastante
224prejudicadas... aqui faltou uma parte do meu pedido de vista, até pela pressa que a
225gente teve que fazer, mas considerando então que as condições hoje de capacidade
226de suporte dos corpos d'água, a gente também esta sem uma estrutura de
227monitoramento, seja ela tanto da qualidade da água como da qualidade do ar. O
228tema requer maior discussão, já que sua aprovação deixa simplesmente em vigência
229a resolução do CONAMA quatrocentos e trinta de dois mil e onze poderia
230comprometer todo um trabalho realizado por Câmaras Técnicas, fragilizando ainda
231mais as resoluções já aprovadas pelo CONSEMA. Então questionamos o alegável
232êxito desta resolução , considerando-se também o momento de crise jamais vista no
233sentido das atuais denúncias de suspeição na área de gestão ambiental no Rio
234Grande do Sul. A concessão de caráter de excepcionalidade pode abrir um

235precedente perigoso, revogando com a resolução, a resolução cento e vinte e nove
236que teria levado três anos para ser concluída. Então assim, somos de parecer pelo
237indeferimento desta proposta de Resolução, pelo conteúdo vago da mesma, ademais
238consideramos profundamente arriscado aprovar uma resolução de forma açodada
239que criaria precedentes perigosos. Sra. Presidente Mari Perusso: AGAPAN. Sra. Edi
240Xavier Fonseca: A emissão de efluentes líquidos domésticos em águas superficiais do
241Estado do Rio Grande do Sul, nós mantivemos os considerandos da proposta inicial,
242eu vou lê-los: Considerando a necessidade de preservar a qualidade ambiental, de
243saúde pública e dos recursos naturais, quanto ao lançamento de efluentes líquidos
244oriundos de sistema de tratamento de esgoto sanitário em águas superficiais no Estado
245do Rio Grande do Sul; Considerando a necessidade da redução progressiva de carga
246poluidora lançada in natura nos recursos hídricos, e que a instalação progressiva de
247Sistemas de Tratamento de Esgoto promoverá melhorias na qualidade das águas dos
248mananciais do Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a Resolução CONSEMA cento
249e vinte e oito, de vinte e quatro de novembro de dois mil e seis, que dispõe sobre a
250fixação de Padrões de Emissão de Efluentes Líquidos para fontes de emissão que lancem
251seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a
252Resolução CONSEMA cento e vinte e nove, de vinte e quatro de novembro de dois mil e
253seis, que dispõe sobre a definição de critérios e padrões de emissão para toxicidade de
254efluentes líquidos lançados em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul;
255Considerando a Resolução CONSEMA duzentos e cinquenta e um, de vinte e quatro de
256dezembro de dois mil e dez, que dispõe sobre a prorrogação de prazo para cumprimento
257do artigo nono da resolução CONSEMA cento e vinte e nove, de vinte e quatro de
258novembro de dois mil e seis que define critérios e padrões de emissão para toxicidade de
259Efluentes líquidos lançados em águas superficiais do Estado do Rio Grande do Sul;
260Considerando a Resolução CONSEMA duzentos e quarenta e cinco, de vinte de agosto de
261dois mil e dez, que dispõe sobre a fixação de procedimentos para o licenciamento de
262Sistemas de Esgotamento Sanitário, considerando etapas de eficiência, a fim de alcançar
263progressivamente os padrões de emissão e os padrões das classes dos corpos hídricos
264receptores, em conformidade com os Planos de Saneamento e de Recursos Hídricos;
265Considerando a Resolução CONAMA numero quatrocentos e trinta, de treze de maio de
266dois mil e onze, a qual dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes
267que complementa e altera a Resolução numero trezentos e cinquenta e sete, de
268dezessete de março de dois mil e cinco, do Conselho Nacional do Meio Ambiente –
269CONAMA; Considerando a Resolução CONAMA numero trezentos e cinquenta e sete, de
270dezessete de março de dois mil e cinco. Que dispõe sobre a classificação dos corpos de
271água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as
272condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
273Considerando a Lei Federal onze mil quatrocentos e quarenta e cinco de dois mil e sete,
274regulamentada pelo Decreto Federal sete mil duzentos e dezessete de dois mil e dez –
275Política Nacional de Saneamento Básico, que dentre outros aspectos determina a
276necessidade de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, como
277condicionantes para obtenção de recursos federais, o nosso parecer é... Consideramos
278que o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul - CONSEMA,
279no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual numero dez mil trezentos
280e trinta, de vinte e sete de dezembro de hum mil novecentos e noventa e quatro, não
281pode abrir mão, mesmo que em caráter “excepcional” da manutenção de suas
282Resoluções, bem como dar moratória, (suspensão por três anos) principalmente, levando
283em consideração a fragilidade ambiental que se encontram os nossos Recursos Hídricos e,
284que foram dados prazos suficientes para atendimentos das Resoluções que quer suprimir
285a cento e vinte e oito e cento e vinte e nove, mesmo que seja em caráter excepcional.

286Sra. Presidente Mari Perusso: Obrigada. A FETAG, por favor. Sr. Alexandre Scheifler: Boa
287tarde colegas, boa tarde senhora secretaria. Não conseguimos enviar o pedido de vistas,
288de antemão ao CONSEMA, visto que nós tivemos problemas de e-mail então vamos fazer
289a apresentação do parecer, mas vou sustentá-lo oralmente. A FETAG veio pedir vistas
290justamente baseado no Regimento Interno do CONSEMA, que é o paragrafo primeiro do
291artigo vinte e cinco, que prevê que em uma reunião ordinária, deveriam ser enviados os
292documentos com uma semana de antecedência, e já que recebemos os documentos e
293não pudemos analisar a proposição, nem o teor da discussão neste curto espaço de
294tempo e tendo em vista que a FETAG também não compõem esta câmara técnica que
295fez a discussão. Então por falta de conhecimento e também no sentido de levar esta
296discussão para dentro de minha instituição nós havíamos solicitado vistas. Eram estas as
297minhas considerações e as considerações da FETAG. Sra. Presidente Mari Perusso: Mira
298Serra. Sra. Lisiane Becker: Bom eu quero destacar que esta proposta foi elaborada antes
299da atual conjuntura, crítica do Estado, nós reunimos bem antes... no sábado, e estourou
300a bomba na segunda, então nós concordamos com tudo que foi dito antes pelas
301entidades ambientalistas no que tange a situação critica de insegurança, inclusive a
302proposta que nós estamos colocando não é a ideal, nó não a consideramos a ideal,
303muito menos em relação, muito mais em relação a essa situação que o Estado enfrenta
304em que nós não temos as pessoas que gostaríamos ou que teriam as condições básicas,
305pessoas ligadas ao... com experiencia no assunto, isso aí dificulta bastante, que trabalha
306em órgão público sabe disso, é difícil a gente ter pessoas sem experiencia no assunto...
307eu queria deixar assim... expressar meu descontentamento, com o cancelamento da
308câmara técnica, da reunião com duas horas antes, por que eu me senti como conselheira
309ultrajada, uma vez que foi... como sociedade civil eu pedi o assunto em plenário no ano
310passado, foi aprovado por essa plenária, soberana, estava tramitando em câmara
311técnica, e duas hora antes foi cancelada, eu me senti ultrajada como conselheira, por
312que a câmara técnica... o CONSEMA é soberano, poderia até cancelar por um motivo
313mais nobre, uma reunião como essa de hoje, tendo motivos para uma reunião
314extraordinária, mas não a câmara técnica que esta tendo um assunto estratégico, foi
315muito discutido aqui, conseguimos uma unanimidade da plenária e duas horas antes
316cancelam, então realmente estou colocando meu sentimento em relação a isso. Bom
317então passando a resolução CONSEMA, os considerandos permanecem praticamente os
318mesmos, o que interessa é que nós estamos colocando uma proposta parcialmente
319substitutiva, até por que o ultimo paragrafo não dá pra considerar, pode passar, os
320tarjados de amarelo, para diferenciar a outra proposta... então dentro do caráter
321excepcional ficam suspensas as resoluções cento e vinte e oito e cento e vinte e nove
322dos sistemas públicos de tratamento de esgoto sanitário, deixar bem claro. que é dos
323sistemas públicos de tratamento de esgoto; o artigo segundo seria o mesmo, mas
324mudando totalmente a lógica de como vai ser usada a quatrocentos e trinta, por que
325ficou em aberto isto na proposta original, então colocaria o paragrafo primeiro, para
326feito do que trata o caput, deverão ser considerados os respectivos planos de bacia
327hidrográficas os zoneamentos ecológicos e econômicos, e a capacidade de suporte do
328corpo hídrico, sem isso não dá pra fazer a quatrocentos e trinta só para novas obras; a
329suspensão que trata o artigo primeiro se aplica somente ao licenciamento ambiental de
330novas obras, no período de três anos, ali onde esta em vermelho os três anos, por que
331não ficou... em algum momento não ficou dito por que três anos, por que não dois; por
332que não quatro; por que não cinco; por que não um. Esse numero ficou meio cabalístico,
333eu deixei em vermelho ali por que nem olhando a proposta, inclusive o processo
334realmente tramitou em caráter sumário, é uma repetição da mesma proposta, não há
335grandes discussões, então ficou muito fraca a discussão na câmara técnica, e estes três
336anos não ficou claro, o porque dos três anos. Somente se pode discutir este período,

337para obras novas, considerando as obras do PAC (Programa de Aceleração do
338Crescimento), a verba do PAC que esta colocado ali em cima, e só pra obras novas e
339com todo aquele zoneamento, capacidade de suporte. E aí, findo o prazo, as condições e
340padrões de lançamento de efluentes líquidos deverão buscar a adequação prevista pelas
341Resoluções CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove. Então não tem essa de
342que há previsão de que o CONSEMA se reúna pra ver se vai continuar ou não, por que é
343muito fácil esquecer daqui três anos e passar batido, e ficar tacitamente revogadas a
344cento e vinte e oito e cento e vinte e nove. Então findo o prazo, caso se aprove, não é a
345situação ideal para o estado, mas é pelo menos uma alternativa, finda esse prazo volta a
346atingir os da cento e vinte e oito e cento e vinte e nove, enquanto as que estão aí,
347também tem que entra de acordo com nossa resolução do CONSEMA. E paragrafo
348segundo; as empresas públicas que operam sistemas de tratamento de esgoto sanitário,
349deverão prever cronograma para atingir as condições e padrões de lançamento de
350efluentes líquidos constantes na resolução cento e vinte e oito. Não adianta daqui três
351anos construir a nova e acabou. Já tem que na hora de fazer o projeto, já prever um
352programa de adequação futura, daqui a três anos pra se enquadrar na cento e vinte e
353oito e cento e vinte e nove, não exime as que já estão construídas e nem as que daqui
354três anos vão estar concluídas, somente neste período em função desta verba do PAC,
355só por causa disto. É uma excepcionalidade, assim num caráter emergencial
356praticamente, embora o governo tivesse tido chance de fazer isso bem antes. Não
357justifica, mas... era isso. Sra. Presidente Mari Perusso: Obrigada. Comitê de Bacias
358Hidrográficas. Sr. Eduardo Stumpf: Boa tarde a todos. Eduardo Osório Stumpf
359representante dos Comitês de Bacia Hidrográficas do Estado, tendo em vista o pedido de
360vistas coletivo, então o Comitê de Bacias através do Fórum Caucho de Comitês traz a
361sua manifestação; em relação a minuta. Primeiramente, tendo em vista o processo que
362tramita na câmara e que a gente teve acesso, então o item três da manifestação faz um
363relato em relação ao tema, em relação aos investimentos, as necessidades de
364cumprimento da resolução que esta em vigor, a necessidade de muito mais área para
365construção das estações e com isso teríamos menos estações, então não conseguiríamos
366avançar na questão do saneamento básico do estado, e os comitês de bacia são
367diretamente interessados neste assunto, por este assunto, deduzindo que os comitês já
368estão atentos a essa situação e discutiram esse assunto, e já têm sua posição formada a
369bastante tempo, os comitês apresentaram na agenda de debates essa proposta, que
370depois foi referendada pelo CREA. Bom em relação, eu não vou ler o parecer por que ele
371foi mandado para todo mundo e eu acho que todo mundo leu, então vou só destacar as
372questões mais interessantes do assunto pautado na ultima reunião. Na ultima reunião
373nós tivemos a apresentação do meu colega de faculdade de agronomia, aluno do
374professor Campani, Arnaldo Dutra, onde uma parte importante, por que não dizer
375central, da necessidade de investimentos que nós temos em saneamento, em torno de
376cento e sessenta bilhões pra gente atingir o saneamento em todo o estado, a
377universalidade do esgotamento sanitário até dois mil e trinta. E no Rio Grande do Sul o
378que chama a atenção é que em um estado com doze milhões de pessoas, atualmente
379nós temos o equivalente a nove milhões de pessoas sem atendimento. A posição dos
380comitês é bem clara, nós queremos qualidade ambiental, então é preferível a gente fazer
381o que podemos e com o tempo a gente vai mudar, de novo parafraseando o Governador
382Antônio Hohlfeldt, a legislação sempre é feita para resolver os problemas já acontecidos,
383então no Rio Grande do Sul a gente tem toda essa discussão, que é muito importante,
384em relação a resolução do CONSEMA, mas advêm uma nova resolução do CONAMA, e
385entendemos, queno momento em que nós temos um conflito, e nós temos a
386responsabilidade de resolver este conflito para a sociedade, nós como representantes da
387sociedade, nós todos aqui neste estado, e finalmente poder, só mais rapidamente a

388manifestação direta dos Comitês, através do presente, os Comitês de Bacia Hidrográfica
389do Rio Grande do Sul apresentam manifestação em relação ao Pedido de Vistas coletivo,
390pleiteado na centésima quinquagésima quinta Reunião Ordinária do CONSEMA, referente
391à minuta de Resolução, e aí colocar uma posição mais política dos Comitês, como a
392gente tem trabalhado perante este CONSEMA, então preliminarmente, em um contexto
393socioambiental, há de se considerar como pressupostos ambientais os mananciais
394hídricos e a água como recursos primordiais a serem protegidos pelas políticas públicas
395de conservação de florestas, preservação de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e
396implantação de Ucs (Unidades de Conservação), as quais objetivam preservar os
397mananciais e oferecer outros recursos ou serviços, além das políticas de saneamento e
398de resíduos sólidos, que objetivam não poluir estes mananciais. Em suma como eu gosto
399de dizer o Código Florestal que a gente discute, na real ele é o código das águas, por
400que o objetivo do Código Florestal primeiro é preservar os mananciais hídricos, é
401preservar a água, no momento que a gente tiver a água tu vai ter..., a água é a fonte de
402tudo, a fauna toda, inclusive nós dependemos da água, e se movimentamos em relação
403a água, por isso é importante o Código Florestal, digo o código das águas, cientes da
404importância da ação gerencial do Estado em um processo de planejamento capaz de
405responder, com eficácia e rapidez, à complexidade das demandas sociais, que desde mil
406e dois, continua as mesmas. os Comitês de Bacia Hidrográfica reiteram a pertinência da
407temática Sustentabilidade dos Recursos Hídricos como instrumento base para a
408formatação do Zoneamento Ecológico-Econômico, eu já coloquei mais ou menos na
409outra reunião essa inteiração, a maneira com que a gente vê essa inteiração entre os
410sistemas, a gente divide para governar, nós temos o sistema de meio ambiente e temos
411o CONSEMA, que por lei, e por nós é considerado o órgão superior de meio ambiente e
412que deve gestar, implementar e assegurar a política de meio ambiente. A política de
413meio ambiente ela tem diversas interfaces, então esta interface que hoje nós estamos
414falando é o saneamento básico, tendo também interfaces com outros sistemas, como o
415sistema de recursos hídricos, de saneamento e a partir de onze de quatro nós tivemos
416um novo sistema, que é o Sistema Estadual de Irrigação, que está tramitando na
417Assembleia. Com todos estes sistemas são importantes pra nós chegarmos a um
418documento maior do estado, além do Código Florestal que já é a política, é nós
419chegarmos ao Zoneamento Ecológico-Econômico, onde nós também fizemos uma
420proposta de que ele tem que ser muito bem debatido aqui, e no caso do saneamento, os
421comitês se arvoram a uma importância, tendo em vista que o sistema, ele é bem
422formatado e está em curso pelo próprio estado com um empenho de um volumoso
423recurso para fazer os planos de bacia, onde a gente tem um diagnóstico, tem todo um
424trabalho, e esse trabalho não pode ser perdido lá no Sistema de Recursos Hídricos,
425trabalho que tem que ser incorporado pelo zoneamento. Só uma questão legal, os
426Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas integram o Sistema Estadual de
427Recursos Hídricos cuja a política tem por objetivo promover a harmonização entre os
428múltiplos e competitivos usos dos recursos hídricos e sua limitada e aleatória
429disponibilidade temporal e espacial, de modo a, entre outros, impedir a degradação, aí
430entra o Sistema de Saneamento, Sistema de Resíduos Sólidos, e promover a melhoria da
431qualidade, que é o Sistema de Unidades de Conservação, APPs, Reserva Legal, e o
432aumento da capacidade de suprimento dos corpos de água superficiais e subterrâneas,
433isso é o que está na lei, bom diante do exposto, uma das diretrizes da Política Estadual
434de Recursos Hídricos é a articulação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH
435com o Sistema Nacional e com Sistemas Estaduais ou atividades afins, tais como de
436planejamento territorial (leia-se zoneamento), meio ambiente (leia-se Sistema de Meio
437Ambiente, CONSEMA), saneamento básico (leia-se CORESAN "Conselho Regional de
438Saneamento" e Sistema Estadual de Saneamento), agricultura e energia. Entre as

439atribuições dos CBH está a de propor ao órgão ambiental o enquadramento dos corpos
440de água da bacia hidrográfica em classes de uso e conservação, então os Comitês tem
441essa importância de organização territorial, depois do diagnóstico da situação de cada
442bacia que prevê que qualidade que se quer ou que se pode alcançar nessa bacia em um
443determinado tempo, cinco anos, dez anos, vinte anos assim, considerando as distintas
444fases de operacionalização dos Planos de Bacia, o impacto do esgotamento sanitário nos
445recursos hídricos e as discussões no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica, o Fórum
446Gaúcho dos Comitês encaminhou, já em julho do ano passado uma proposta em relação
447a esse assunto através de sua representação deste conselho, neste ponto os Comitês de
448Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul como órgãos de Estado político deliberativos,
449compostos por membros usuários da água e membros representantes da população que,
450voluntariamente, trabalham em prol da gestão dos recursos hídricos do Estado, vêm
451manifestar posicionamento favorável à aprovação da minuta de Resolução de
452excepcionalidade quanto aos sistemas de tratamento de esgotos sanitários e os padrões
453e condições para a emissão de efluentes líquidos domésticos em águas superficiais do
454Rio Grande do Sul. Muito obrigado. Sra. Presidente Mari Perusso: Obrigada. ASFEPAM.
455Sra. Ana Rosa Bered: Em primeiro lugar fazer uma correção, eu não represento a
456ASFEPAM, eu represento o Corpo Técnico da FEPAM, que são fóruns diferentes. Eu vou
457buscar simplificar um pouco os considerandos do documento encaminhado pela
458Secretaria Executiva do CONSEMA a todos, e vou me focar naquilo que os técnicos da
459FEPAM entendem como mais importante. Nós entendemos que deve ser dada a mesma
460importância tanto de tempo como de discussão para a aprovação desta proposta que foi
461dada para a cento e vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis, isso significa
462que nós entendemos que essas propostas, ou estes itens que estão colocados aqui
463devem ser enviados para a Câmara Técnica, nós entendemos também que a avaliação
464da condição de suporte nos corpos receptores que por ventura venham a receber estes
465efluentes, tem sim que ser considerados, entendemos também que a simples construção
466de ETEs (Estações de tratamento de Esgoto) sem instalação de rede coletora em toda a
467área urbana municipal, não funciona. Então eu vou ler rapidamente as nossas propostas
468que efetivamente deverão ser discutidas nos fóruns, ou nos fóruns do conselho, ou nos
469fóruns da Câmara Técnica. Então para que haja real atendimento do exposto e dos
470"considerandos" da minuta apresentada, entendemos haver necessidade de inclusão dos
471seguintes itens na resolução proposta: primeiro: "esta resolução só será aplicada para os
472municípios que possuam plano de saneamento e de bacias aprovados"; segundo: "o
473projeto do sistema de esgoto sanitário deve prever em primeira etapa, rede coletora na
474totalidade da área urbana do município com as devidas ligações prediais, de forma a
475evitar o lançamento de esgoto in natura nos recursos hídricos". Uma pequena
476explicação: simplesmente construir uma estação de tratamento não resolve a questão de
477qualidade ambiental se não ligada a rede. Três: "Os sistemas de esgotos sanitários aos
478quais se aplicam esta resolução não poderão receber cargas externas (chorume,
479efluentes hospitalares, lodos de fossas sépticas e banheiros químicos);". Quatro: "Esta
480resolução só se aplica a empreendimentos novos que ainda não estejam operando (sem
481licença de operação); É vetado o lançamento de efluentes em drenagens secas ou
482intermitentes; A critério do órgão ambiental, poderão ser fixados padrões de nitrogênio
483amoniaco e fósforo total; (Este item se deve a corpos hídricos receptores que estejam
484comprometidos...) essa é a ligação com a condição de receber efluentes nos corpos
485hídricos e que vai ser considerado caso a caso. "Deverá ser realizado diagnóstico do
486corpo receptor quanto à presença de cianobactérias e posterior monitoramento, com
487vistas ao atendimento dos padrões elencados na Resolução CONAMA três cinco sete de
488dois mil e cinco" ; "Modificação do Artigo Primeiro 'Ficam suspensas as resoluções
489CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis, em caráter

490excepcional para fins de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos
491domésticos dos sistemas públicos.” A proposta é excluir “dos sistemas públicos”; vale
492para qualquer tipo de sistema de esgotamento sanitário. Nove: “Modificação do artigo
493terceiro, parágrafo único: O final do prazo estabelecido no caput obriga o Conselho
494Estadual do Meio Ambiente... ..a nova discussão sobre esta resolução, não havendo,
495mantém a vigência desta normativa”. O corpo Técnico da FEPAM propõem substituir
496“mantém a vigência desta normativa” por “retornar a aplicação das resoluções CONSEMA
497cento e vinte e oito e cento e vinte e nove ”, conforme a Mira Serra também propôs.
498Dez: “Se durante a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário, os
499monitoramentos/análises demonstrarem o não atendimento da resolução proposta, o
500órgão ambiental exigirá tratamento complementar.”. Essa é nossa posição. Eu gostaria
501de fazer uma pergunta à mesa, à secretaria, qual é a metodologia que se pretende, de
502sistematizar essas propostas já que foi votado para que essa reunião seja deliberativa, e
503eu entendo que deliberativa vá se votar e chegar a um resultado, e eu pergunto como
504que diferentes proposições que estão sendo apresentadas aqui vão ser sistematizadas e
505votadas, por que até agora eu vi questões bem conflitantes de propostas. Sra.
506Presidente Mari Perusso: Nós vamos votar primeiro a resolução que é a proposta do
507CREA e depois nós tivemos os destaques... essa é uma proposta que eu estou
508apresentando... Sra. Lisiane Becker Eu tenho uma observação pra fazer. Sra. Presidente
509Mari Perusso: Só um pouquinho... só pra mim terminar aqui, que eu dou a palavra para
510você sem nenhum problema. E depois a gente trabalha a questão dos destaques. Sra.
511Ana Rosa Bered: Ou seja nós vamos repetir então, cada... Sra. Presidente Mari Perusso:
512Cada um vai repetir, e botamos em votação. Tem itens que podem ser votados, tem
513outros que podem ser consenso, tem ainda a apresentação do CREA. Isso é tranquilo
514por que na Assembleia Legislativa a gente trabalha os projetos e as emendas... é
515tranquilo isso, não tem problemas é só a gente construir isso. Pois não Paulo. Sr. Paulo
516Brack: Eu tenho uma questão de encaminhamento, como a Ana Bered tinha colocado
517aqui, o retorno a câmara técnica para uma discussão maior, acho que esse é o... seria,
518no meu entender, acho que de outros aqui também, esta a primeira deliberação, o
519retorno a câmara técnica ou não; caso não tenha retorno, e vá ser votado aqui essa
520resolução, hoje, aí realmente eu acho que o encaminhamento seria dar sequencia a isso.
521Mas acho que previamente teria, já que tivemos uma proposta de retorno a câmara
522técnica eu acho que teria que ser votado. Sra. Presidente Mari Perusso: Vamos ouvir o
523CREA e aí a gente trata desta questão. Sr. Paulo Brack: Eu acho que ela é prévia... Sra.
524Presidente Mari Perusso: Não. Não tem um parecer de um pedido de vistas ainda.
525Terminada a oitiva de todos os que apresentaram parecer de seus pedido de vistas, nós
526vamos para os outros encaminhamentos. Por favor o CREA. Sr. José Homero Finamor
527Pinto: Bom, eu avia feito uma apresentação... como eu sou o autor da proposta, e eu
528não apresentei no plenário do CONSEMA... essa proposta não visa somente a CORSAN ,
529mas todas as cidades que tem tratamento próprio, são municípios independentes. O Rio
530Grande do Sul é um estado que tem quatrocentos e noventa e seis cidades, e destas
531quatrocentos e noventa e seis a CORSAN atende trezentos e vinte e cinco. Então esta
532proposta que eu trouxe, ela representa um ganho, eu entendo, no controle pra todo o
533estado do o estado do Rio Grande do Sul, não só pra CORSAN, mas também para o
534sistema privado, que é Uruguaina, onde tem uma estação de tratamento, lá em
535Uruguiana, que hoje é uma publica cedida para uma empresa privada que é a
536Odebrecht. Então fica bem claro aqui a posição do CREA em defender... temos
537conselheiros que são do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos), por tanto
538tem bastante conhecimento do DMAE, nós aqui em Porto alegre jogamos praticamente
539todo o esgoto da população de Porto Alegre no rio Guaíba e nos seus afluentes, e não
540há nenhuma estação onde nós temos, quanto a... (inaudível) ...a vida inteira foi assim,

541 agora é que se está fazendo uma estação lá na Serraria pra começar a se tratar disso.
542 Então a questão do esgoto, nós passamos durante todo o século passado tentando fazer
543 a universalização da água, começou com o PLANASA em meados de novecentos e setenta, tem
544 investimento aonde a gente conseguiu, em termos de Brasil, sair daquelas condições de
545 não ter água tratada na cidade, chegamos a cem por cento de água tratada no Brasil
546 inteiro neste período de mil novecentos e setenta até dois mil e sete. A partir de dois mil
547 e sete com a Lei de Saneamento e com o PAC começou a vir dinheiro para o esgoto, nós
548 fizemos um diagnóstico do estado do Rio Grande do Sul, nós temos onze milhões de
549 habitantes no Rio Grande do Sul, onze milhões de habitantes, a CORSAN que é a
550 empresa estadual que abastece sete milhões e meio desses nove milhões de habitantes
551 o resto são os nossos serviços públicos e da área privada. Os nossos alvos para
552 universalizar o esgoto no Rio Grande do Sul... esses doze bilhões que estão assegurados
553 pelo PAC para a CORSAN, DMAE, pra Novo Hamburgo, pra Caxias, e para as outras
554 cidades, três bilhões e setenta e sete bilhões, isso dá um terço do valor necessário para universalizar
555 a captação e o tratamento do esgoto, isso é uma coisa que nunca aconteceu, e nem
556 chega perto. E aí com o que é que a gente se depara, nós temos uma legislação muito
557 avançada, uma legislação em que foi feito um amplo debate, antes da Lei de
558 Saneamento, a Lei de Saneamento é de dois mil e sete, e o PAC começou a partir de
559 dois mil e sete, dois mil e oito em que começou a vir dinheiro para esgoto e a legislação
560 que vocês sabem muito bem, que é a CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e
561 nove de dois mil e seis, e que exige um nível de tratamento, obviamente de primeiro
562 mundo, então nós estamos num impasse, o primeiro impasse são os sistemas de
563 tratamento implantados hoje, nós temos hoje estações de tratamento implantadas,
564 portanto nós temos setenta e sete estações de tratamento... o DMAE aqui, todo mundo
565 aqui, acho que quando se fala em Porto Alegre fica mais fácil de entender, o DMAE, todo
566 mundo vê as propagandas, que tem vinte e sete por cento do esgoto tratado, esses
567 vinte e sete por cento do esgoto tratado do DMAE hoje, é a Estação São
568 João/Navegantes, a Estação Ipanema, a Estação Belém Novo e mais pequenas estações
569 espalhadas por aí. Isto vai voltar a zero por que nenhuma destas estações, nenhuma
570 destas estações na hora de renovar as licenças de operações, elas atendem o que está
571 na resolução cento e vinte e oito, já as setenta e sete estações da CORSAN, nós
572 analisamos a questão do nitrogênio/fósforo e só três estações poderiam atender a
573 questão do nitrogênio/fósforo, o restante volta tudo para zero e obviamente o pessoal
574 da FEPAM vai ficar obrigado a negar a renovação da LO (Licença de Operação)... Sra.
575 Presidente Mari Perusso: Tu excedeu os teus cinco minutos. Sr. José Homero Finamor
576 Pinto: Então esse é o problema da situação atual, em todos os centros que nós temos,
577 nós estamos tendendo a voltar a zero. E há a necessidade de alavancar recursos para a
578 gente fazer o que foi feito na água no Brasil. O Brasil quando não tinha água tratada nas
579 cidades, lá na década de cinquenta, sessenta o Brasil tinha uma legislação de água
580 potável, que era muito tênue, e quando ele começou a investir ele foi mudando a
581 legislação, nós já mudamos quatro vezes uma legislação importante que é sobre o
582 padrão da potabilidade da água, a última foi agora a uns dois, três anos atrás, leia-se a
583 vinte e nove quatorze (Portaria MS 2914/11 - Portaria de Potabilidade da Água para
584 Consumo Humano) que é a última resolução nacional referente a padrões de
585 potabilidade da água. Depois que se atingiu a universalização se levantou a exigência da
586 água, no esgoto é a mesma coisa, nós estamos defendendo que seja uma legislação de
587 exigência crescente, como já é a legislação nacional, que foi alterada agora em dois mil
588 e onze, que é a resolução quatrocentos e trinta, e aqui no Rio Grande do Sul chegou a
589 ter uma alteração da resolução, colocando índices mais realistas, que foi a resolução dois
590 quatro cinco do próprio CONSEMA, e que ela é inaplicável hoje, por que estamos
591 atrasados no Brasil inteiro com os planos de saneamento, com os planos de bacia, com o

592Plano Estadual de Saneamento, que ainda não tem, com o Plano Nacional de
593Saneamento que não tem fósforo, ela se torna inaplicável por que ela nega toda a sua
594relação com os planos, então o que se esta se pedindo é que hoje quando a gente tem
595recurso, um terço do recurso necessário pra chegar a cem por cento de esgoto no Rio
596Grande do Sul, que a gente possa utilizar esse recurso, e não ficar com estes impasses
597que já estão criando contrastes em Bento Gonçalves, Farroupilha, e em outras cidades
598que a gente não consegue, a FEPAM também não consegue achar uma solução para
599darmos um tempo para iniciarmos as obras. Então essa foi objeto do PAC, infelizmente
600eu não pude apresentar tudo isto pra vocês, caso a caso, o que ficaria bem mais
601justificado, mas a essência da proposta do CREA, é justamente isso, que se faça a
602mesma coisa que se fez na água no Brasil que se tenha uma exigência crescente ao
603longo do tempo, primeiro universalizar o abastecimento de água que é o que foi feito no
604Brasil e depois se passa a exigir mais, o flúor, por exemplo, é uma coisa que nem se
605falava em usar flúor na água lá em mil novecentos e sessenta, hoje a gente usa. Então
606no esgoto nós estamos partindo com uma legislação muito avançada que é a cento e
607vinte e oito e cento e vinte e nove, e que não esta nos dando a oportunidade de fazer,
608não só pelo nitrogênio e fósforo, mas pela questão hidráulica dos rios, pelo volume,
609também nós poderíamos explicar detalhadamente isso, mas infelizmente a gente não
610tem hoje como aprovar as situações que nós temos com a capacidade dos recursos
611hídricos, nós chegamos a incoerência de várias cidades que nós temos aí, como
612Farroupilha, Bento, aqui mesmo na região metropolitana a gente pode estar lançando
613esgoto bruto, por que não tem legislação, mas se tratar não pode, exatamente pelo
614calculado hidráulico do corpo receptor em relação ao volume de sua captação. É
615justamente essa defesa, que eu fico muito tranquilo de fazer, pra que a gente utilize os
616recursos, busque a universalização, que nós podemos chegar... com esses três, quatro
617bilhões, chegar próximos a cinquenta por cento da população atendida com esgoto, ou
618nós vamos ficar arrodando em torno destes quatorze por cento que temos hoje. Muito
619obrigado. Sra. Presidente Mari Perusso: Antes de dar seguimento, a representante da
620AGAPAN tinha pedido a palavra. Sra. Edi Xavier Fonseca: Minha fala vem no sentido de
621havendo tantos pareceres contraditórios, contrários, que essas propostas voltassem para
622o conjunto da câmara técnica para ser discutido e deliberado e feito uma nova proposta
623para ser apresentada ao plenário novamente, não é uma coisa rara aqui no nosso
624conselho, quase sempre acontece desta forma, quando há um pedido de vistas
625principalmente como é neste caso, sete diferentes entidades, com pareceres também...
626alguns, a ampla maioria, uma boa diferença... eu considero que deveria voltar para a
627câmara técnica para ser melhor elaborado e ter uma proposta final, isso por que essa
628proposta foi trazida ao CONSEMA com um caráter assim do meu ponto de vista
629intempestivo, não teve discussão suficiente para deliberarmos. Sra. Presidente Mari
630Perusso: A tua fala é igual a do Paulo, dá para trabalharmos de uma única forma. Pode
631falar. Sr. José Homero Finamor Pinto: Eu queria informar que esse assunto foi discutido
632em duas reuniões de câmara técnica, e de dez pessoas, quatro pediram vistas e
633apresentaram seus relatórios, então não é que não foi discutido lá, foi! E proposta que
634eu estou fazendo aqui é justamente uma minuta que passou pela câmara técnica. Sra.
635Edi Xavier Fonseca: Só pra retomar, que a resolução cento e vinte e oito e a cento e
636vinte e nove ficou na câmara técnica três ou quatro anos discutindo, e agora vai alterar
637em duas reuniões da câmara técnica. Sra. Presidente Mari Perusso: Isso não é um
638parâmetro, por que as vezes não dá quorum, isso é uma discussão... Sra. Edi Xavier
639Fonseca: A definição do Corpo Técnico também é de encaminhar para a câmara técnica.
640Sra. Presidente Mari Perusso: Bom a gente tem uma discussão aqui. A pauta, seguindo
641os encaminhamentos, com a fala do Paulo, esta reunião é deliberativa. Bom deliberativa.
642Agora vamos colocar em votação o que nós apresentamos. Votamos a proposta de

643resolução do CREA e depois apresentamos os destaques para votação tornando aí,
644deliberativa a pauta da reunião deste conselho extraordinária, então eu quero colocar
645em votação essa questão. Nós votamos agora, não vai para a câmara técnica, nós
646votamos agora a proposta de resolução do CREA e depois os destaques, ou proposta
647dois, volta para a câmara técnica. Então essa é a questão que colocamos para a
648votação. Então vamos... é que o regimento ele não fala sobre isso, então vamos usar o
649plenário do CONSEMA como órgão superior de deliberação. Em votação. Proposta
650numero um: nossa reunião deliberativa, optamos por votar a proposta de resolução do
651CREA e os destaques. Quem concorda com essa questão, por favor levantem seu
652crachás. Dezoito votos favoráveis. Proposta dois: Que nós voltamos a encaminhar os
653destaques e a proposta de resolução para a câmara técnica, para nova discussão. Em
654votação. Tem alguma abstenção? Temos vinte e quatro votos, sendo dezoito pelo
655prosseguimento da votação e seis votos para o retorno à câmara técnica. Eu vou ler aqui
656a... embora todo mundo tenha conhecimento eu vou pedir para Gabriela ler, os artigos
657da proposta de resolução, vamos por no telão, do CREA. Por favor Gabriela. Sra.
658Gabriela Freitas: Artigo primeiro: Ficam suspensas as Resoluções CONSEMA cento e
659vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis em caráter excepcional, para
660fins de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos domésticos dos
661sistemas públicos; Artigo segundo: No período de vigência desta normativa será
662utilizada a resolução CONAMA quatrocentos e trinta e dois mil e onze para
663definições de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos domésticos
664do sistema público de esgotamento sanitário; Artigo terceiro: A suspensão tratada no
665artigo primeiro desta resolução será de três anos. Parágrafo único: O final do prazo
666estabelecido no caput obriga o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA
667deverá iniciar nova discussão sobre esta resolução, permanecendo em vigor a
668presente resolução, até que haja novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio
669Ambiente – CONSEMA; Artigo quarto: Esta resolução entra em vigor na data de sua
670publicação, revogando as disposições em contrário. Sra. Presidente Mari Perusso: Tem
671algum esclarecimento? Então vamos votar a proposta de resolução do CREA. Em
672votação. Que é favorável a proposta de resolução do CREA por favor levante o crachá.
673Quem é contrário a proposta de resolução do CREA por favor levante o crachá. Não
674temos nenhuma abstenção por que a votação esta dando vinte e quatro votos. Dezoito
675votos favoráveis, seis votos contrários, aprovada a proposta de resolução do CREA. Bom
676aqui já temos um primeiro destaque... Conselheiro não identificado: (inaudível). Sra.
677Presidente Mari Perusso: Não. Nós votamos que iam ter os destaques. Tem os destaques
678aqui, que é o seguinte. A Mira Serra e o Corpo Técnico da FEPAM, apresentaram uma
679questão no artigo primeiro. A Mira Serra, trabalhe que: "efluentes líquidos domésticos
680dos sistemas públicos de tratamento de esgoto sanitário" essa é uma proposta; o Corpo
681Técnico da FEPAM, trabalha essa questão pedindo para excluir do item: "dos sistemas
682públicos". Eu queria primeiro perguntar ao Corpo Técnico se vocês entendem como
683sistema público, é por que é operado pelo ente público, o por que é... Sra. Ana Rosa
684Bered: Nós entendemos que não deve haver diferença entre Setor Público e Setor
685Privado..., Sra. Presidente Mari Perusso: No caso seria estatal não público. Sra. Ana Rosa
686Bered: Todos devem atender a mesma regra. Quem quiser ligar-se ao sistema público te
687que cumprir a mesma regra. Sra. Lisiane Becker: Nós entendemos que é para aqueles
688que precisam da verba. Sra. Presidente Mari Perusso: No sistema público. Vários
689conselheiros falando ao mesmo tempo. Sra. Presidente Mari Perusso: Só tem uma
690divergência, o entendimento de sistema público, aqui, é o sistema público universal, não
691se trata de estatal ou privado. E a Mira Serra esta dizendo que quer que seja sistema
692para quem precisa de financiamento. Sra. Lisiane Becker: Essa excepcionalidade é só por
693causa do PAC. Sra. Presidente Mari Perusso: Sim. Sr. José Homero Finamor Pinto: Eu só

694queria esclarecer, essa questão do sistema público, é muito importante, em termos de
695Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Sul se atende setenta por cento da população e
696sessenta por cento é operado pela CORSAN, que é uma empresa pública, estadual, e o
697restante, cerca de cento e sessenta e nove municípios são operados pelos sistemas
698públicos municipais e dois operados por empresas privadas, e nós consideramos serviço
699público também, por que o saneamento é um serviço eminentemente público, mesmo
700quando operado por empresa privada, temos hoje em São Gabriel e Uruguaiana. Quando
701a gente colocou sistema público ali, é claro, nós temos alguns loteamentos, Novo
702Hamburgo... em vilas como por exemplo... Vários conselheiros falando ao mesmo
703tempo. Sr. José Homero Finamor Pinto: ...em que é operado pelo privado, mesmo que
704não tenha a concessão, como esta regrada a questão da concessão todos estes
705operados por empresas públicas, estadual, municipal ou privada dentro do sistema
706público. O que nós entendemos que não é sistema público é uma vila ou um loteamento
707em que fica lá o loteador operando o sistema. Vários conselheiros falando ao mesmo
708tempo. (inaudível). Sra. Lisiane Becker: Eu tenho uma sugestão sobre o que foi
709colocado agora estes privados também podem... Sra. Presidente Mari Perusso: Não. Eu
710quero saber disto... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.
711Presidente Mari Perusso: Pelo que dá para entender que a proposição da Mira Serra, que
712sistema público é mais protetor desta questão do que nós retirarmos a expressão
713“sistema público”, onde vocês ainda acrescentam “de tratamento de esgoto sanitário”,
714estão especificando. Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.
715Presidente Mari Perusso: Não debatendo a gente se entende, não fica difícil. Sra. Lisiane
716Becker: A alteração do texto básico, as duas propostas apresentadas que debatem uma
717com a outra, pra gente conseguir o consenso, a busca do consenso da Mira Serra é
718tentar entender se este que não são do estado nem dos municípios, são de entidades
719privadas se terão acesso aos recursos do PAC, por que pra nós isto é o fiel da balança.
720Sra. Presidente Mari Perusso: Não. Sra. Edi Xavier Fonseca: A resolução não fala
721especificamente em verbas do PAC, que é só pra verbas do PAC. Tem outras verbas aí
722que a gente não sabe de onde vem. Sra. Presidente Mari Perusso: Verba pública, eu
723quero esclarecer, que verba publica a gente sempre vai saber de onde é que vem, por
724que são financiamentos que passam por contratos, convênios, aprovação da Assembleia
725Legislativa. Financiamento público a gente sempre sabe a procedência. Sra. Edi Xavier
726Fonseca: Esta informalidade que existe nos considerandos que a excepcionalidade são
727para os quarenta e dois bilhões da obras do PAC conforme foi apresentado aqui pelo
728então, na época presidente da CORSAN Arnaldo Dutra. Sra. Presidente Mari Perusso: Se
729Banco Mundial, se o BNDS, se outros organismos públicos como o BNDS e o próprio
730Banco Mundial quiser aportar recursos para nós recuperarmos o sistema de tratamento
731de esgoto sanitário, nós engessariamos esta questão, é só isso, hoje é em cima da
732questão do PAC. Sra. Lisiane Becker: Todo o discurso foi em cima da questão do PAC,
733esta tendo um desvirtuamento... Sra. Presidente Mari Perusso: Não, não esta havendo
734um desvirtuamento... Sra. Lisiane Becker: Desculpe, mas eu estava aqui na reunião,
735quando a gente for ver a ata, vai ver que toda ela estava baseada no PAC, na
736excepcionalidade. Sra. Presidente Mari Perusso: Por favor vamos lá. Sr. Eduardo Stumpf:
737Eduardo Stumpf, do Comitê de Bacias, junto com os Comitês de Bacias com o Sistema
738de Recursos Hídricos existe uma outorga que é cobrada, e hoje nós arrecadamos cerca
739de trinta milhões de outorgas, e este dinheiros é investido cinquenta e cinco por cento
740em ações ligadas a sistema e vinte e cinco por cento em saneamento básico, então não
741tem nada a ver com o PAC... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível).
742Sr. Eduardo Stumpf: Só um pouquinho, deixa eu terminar de falar... Conselheiro não
743identificado: Não é da outorga é do fundo... Vários conselheiros falando ao mesmo
744tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Vamos garantir a palavra do

745conselheiro. Sr. Eduardo Stumpf: ...então em relação ao sistema... a posição dos
746Comitês de Bacias é que essa excepcionalidade tem que ser para qualquer um, por que
747o que a gente está discutindo aqui é a qualidade do meio ambiente e não que tipo de
748recurso, então o que interessa é a gente fazer estação de tratamento, depois eu até
749tenho um destaque com relação a isso. Sra. Presidente Mari Perusso: Certo. Obrigada.
750Então em votação; tem a primeira proposta da Mira Serra que é: acrescentar no artigo
751primeiro "efluentes líquidos domésticos dos sistemas públicos de tratamento de esgoto
752sanitário". A proposta do Corpo Técnico da FEPAM: exclui o item "dos sistemas
753públicos". Proposta um, proposta dois e a proposta três deixar como esta; que é
754"sistemas públicos". Então em votação. Proposta um: "sistemas públicos de tratamento
755de esgoto sanitário". Que concorda com essa proposta, por favor levantem seus crachás.
756Vite votos. Que vota pela retirada "dos sistemas públicos" levantem o crachá, por favor.
757Corpo Técnico um voto. Quem quer que... votou como? Sra. Lisiane Becker: Na segunda
758proposta. Sra. Presidente Mari Perusso: Certo então dois votos. Repetindo então a
759proposta de número dois do Corpo Técnico da FEPAM: exclui o item "dos sistemas
760públicos". Dois votos. Proposta número três da permanência do texto como esta?
761Levantem o crachá, por favor. Alguma abstenção? Então aprovada a proposta da Mira
762Serra de acrescentar "dos sistemas públicos de tratamento de esgoto sanitário". Artigo
763segundo, tem proposta; artigo segundo: "No período de vigência desta normativa será
764utilizada a resolução CONAMA quatrocentos e trinta e dois mil e onze para
765definições de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos domésticos
766do sistema público de esgotamento sanitário;". A proposta é da Mira Serra de
767acrescentar o parágrafo primeiro, que diz: "para efeito do que trata o caput, deverão
768ser considerados os respectivos planos de bacia hidrográficas os zoneamentos ecológicos
769e econômicos, e a capacidade de suporte do corpo hídrico receptor". No artigo número
770dois só tem essa proposta. Sra. Lisiane Becker: Tem outra proposta semelhante a essa
771do Corpo Técnico da FEPAM. Sra. Presidente Mari Perusso: Qual é o item que vocês do
772Corpo Técnico da FEPAM... Sr. Diego Polacchini Carrillo: Só um minuto para nos
773localizarmos aqui. Sr. Darci Campani: Só pra organizar melhor a votação, que a primeira
774seja sempre o texto original. Sra. Presidente Mari Perusso: Certo obrigado. Vários
775conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Tem
776zoneamento, algumas regiões tem zoneamento... Vários conselheiros falando ao mesmo
777tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Então elas não se complementam, elas
778são completamente diferentes, a proposta da Mira Serra é uma, a proposta do Corpo
779Técnico eles não se complementam. Hoje tem seis planos de bacia aprovados, só que
780tem o prazo de três anos ainda, e muita coisa pode avançar, então nós entendemos,
781aqui na mesa, de colocar em votação. O Conselho é absolutamente autônomo, que a
782proposta da Mira Serra é a de garantir nesse processo que sejam considerados os
783respectivos planos de bacia hidrográficos, os zoneamentos ecológicos e econômicos e a
784capacidade de suporte do corpo receptor, se estiver em vigência, se não estiver, se não
785tem, não tem como tu atrelar. É isso! Então proposta número um: é não alterar nada.
786Como aqui o nosso professor Darci já sinalizou corretamente pra mim aqui. Segunda
787proposta à proposta da Mira Serra com a inclusão do parágrafo primeiro. Então em
788votação, quem vota na proposta número um, por favor, levanta o crachá. Dezoito votos.
789Quem vota na alteração... no acréscimo do parágrafo primeiro, por favor, levante o
790crachá. Quatro votos. Abstenções? Quatro. Sra. Lisiane Becker: Como ficou a votação, só
791pra contabilizar. Sra. Presidente Mari Perusso: Dezoito votos na proposta de manter o
792texto atual; quatro votos na proposta da Mira Serra; e quatro votos na abstenção.
793Chegaram mais dois aqui. Se o quiserem podem se manifestar. Artigo terceiro: "A
794suspensão tratada no artigo primeiro desta resolução será de três anos." parágrafo
795único: "Ao final do prazo estabelecido no caput, o Conselho Estadual do Meio Ambiente –

796CONSEMA deverá iniciar nova discussão sobre esta resolução, permanecendo em vigor a
797presente Resolução, até que haja novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio
798Ambiente – CONSEMA” . Tem um substitutivo, da Mira Serra e um do Corpo Técnico,
799que é o numero nove aqui. Da Mira Serra: “Artigo terceiro: A suspensão de que trata o
800artigo primeiro se aplica somente ao licenciamento ambiental de novas obras, no período
801de três anos. Parágrafo primeiro: Findo o prazo, as condições e padrões de lançamento
802de efluentes líquidos deverão buscar a adequação prevista pelas Resoluções CONSEMA
803cento e vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis. Paragrafo segundo: As
804empresas públicas que operam sistemas de tratamento de esgoto sanitário, deverão
805prever cronograma para atingir as condições e padrões de lançamento de efluentes
806líquidos constantes nas Resoluções CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove
807de dois mil e seis.” essa é a proposta da Mira Serra, proposta dois. Proposta três do
808Corpo Técnico, modificação do paragrafo único: “O final do prazo estabelecido no caput
809obriga o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA a nova discussão sobre esta
810resolução, não havendo, mantém a vigência desta normativa. Substituir “mantém a
811vigência desta normativa” por “retornar a aplicação das resoluções CONSEMA cento e
812vinte e oito, cento e vinte e nove de dois mil e seis e CONAMA trezentos e cinquenta e
813sete de dois mil e cinco”. Pois não engenheiro Finamor: Sr. José Homero Finamor Pinto:
814Enfim, alguém perguntou aqui por que três anos? Nem foi nós do CREA que colocamos.
815Na primeira versão, era simplesmente adota-se a resolução integral do CONAMA a
816trezentos e quarenta. Toda a legislação federal que fala de saneamento, ela fala de
817planejamento, pra fazer um planejamento em saneamento, ela obriga que todos os
818municípios tenham um plano municipal de saneamento básico, água, esgoto, lixo e
819drenagem, hoje nós temos metade dos municípios que tem plano e metade que não
820tem, mas tem um prazo até o final deste ano para que seja realizado. Primeira questão.
821O Plano Nacional de Saneamento Básico foi lançado, não foi votado. Tem uma minuta
822que passou por diversas regiões do Brasil, teve audiências públicas e não foi votado. O
823Plano Estadual de Saneamento Básico, a Secretaria de Habitação e Saneamento esta
824fazendo agora o Termo de Referencia para colocar em licitação, este trabalho é um
825trabalho da no mínimo dois anos para fazer o Plano Estadual de Saneamento. E nós
826temos os Planos de Bacias Hidrográficas. A gente ainda não tem a totalidade dos planos
827acabados. O que nós temos de planos de bacias implantados?... então a ideia dos três
828anos é de que... e aí eu aproveitei a tua ideia, aquela, e coloquei aqui no paragrafo
829único puxando tudo isso. É uma sugestão. Paragrafo único “ao final do prazo
830estabelecido no caput...” e já tira os três anos. “...cabe ao Conselho Estadual do Meio
831Ambiente – CONSEMA a nova discussão sobre esta resolução levando em consideração
832os Planos de Bacia Hidrográficas, o Plano Estadual de Saneamento e o Plano Nacional de
833Saneamento” caso não ocorrendo essa discussão, continua valendo isso aqui. Por que a
834gente não pode... aquelas propostas de voltarmos a cento e vinte e oito, é como se a
835gente busca-se enganar o PAC. Enganamos o PAC, mudamos a legislação temos a
836aprovação para realização das obras, gastamos o dinheiro e depois voltamos a cento e
837vinte e oito, em que as obras implantadas não terão inovações suficientes. Então se o
838CONSEMA em três anos com base nas obras que foram feitas, e outra que eu nem
839coloquei, que seria uma visão mais próxima da questão de universalização do
840atendimento de esgoto, daqui três anos praticamente todos os recursos do PAC estarão
841aplicados, então nós já vamos saber se nós saímos dos doze por cento e chegamos aos
842quarenta por cento ou não. Os Planos de Bacia são extremamente importantes pra ser
843levados em consideração, o Plano Nacional não foi nem falado, o Plano Estadual que a
844recém esta sendo criado. Então a sugestão que eu paguei daquelas duas propostas é de
845que em três anos o conselho tenha que rediscutir esse assunto com base nessas coisas.
846A situação atual de como é que foi que constou lá no PAC, os Planos de Bacia

847Hidrográficas, o Plano Estadual de Saneamento e o Plano Nacional de Saneamento que
848esta sendo discutido hoje, então três anos é um prazo apertado... (inaudível) ...eu
849colocaria aí como uma quarta proposta, apesar de a primeira tenha sido eu que fiz, mas
850que quanto for discutido se tenha uma quarta. Sra. Presidente Mari Perusso: Fala
851Lisiane. Sra. Lisiane Becker: Não eu só queria fazer uma consideração em cima por que
852a gente não pode *lincar* a conversa para daqui a três anos a situações que muitas
853vezes... (inaudível) a categoria da água, então não tem nem por que vincular. Realmente
854os planos nacional e estadual não tem vínculo com a proposta em si; eu não acho que
855ela contempla e que foi deliberado na primeira votação, que é uma garantia de que este
856tratamento vai seguir o que esta contemplado lá na lei, que é o Plano de Bacia, o
857Zoneamento Ecológico Econômico e a capacidade de suporte. Não prejudicou a rejeição,
858mas também não deixa explícito para aquelas pessoas que por ventura tenham que
859capacitar, e eu acho que esta proposta como esta não contempla este aspecto. Sra.
860Presidente Mari Perusso: Corpo Técnico da FEPAM. Sra. Ana Rosa Bered: Eu gostaria de
861retirar a proposta do Corpo Técnico da FEPAM, por que entendemos que a proposta da
862Mira Serra já nos contempla. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem! Então temos só
863duas propostas: manter a redação do jeito que esta, e a proposta da Mira Serra.
864Proposta numero um, mantendo a redação da atual resolução, por favor levantem seus
865crachás. Proposta numero dois, a proposta de Mira Serra levantem os crachás, por
866favor. Abstenções? Foram dezenove votos no texto atual, Mira Serra, seis votos e
867abstenção dois votos. Sr. Eduardo Stumpf: Eduardo. Antes da gente votar o artigo
868quarto, que é bastante complicado, eu gostaria de fazer uma proposta de moção no
869seguinte sentido... Sra. Presidente Mari Perusso: Só um pouquinho Eduardo, eu ainda
870tenho uma série de... que o artigo quarto não tem nenhum destaque, mas eu tenho
871vários destaques aqui que eu preciso votar ainda. Tem do Corpo Técnico, inclusive se
872aprovado nós temos que mudar a numeração dos artigos. Então o primeiro destaque
873aqui em votação. Que é a proposta dois: "O projeto do sistema de esgoto sanitário deve
874prever em primeira etapa, rede coletora na totalidade da área urbana do município com
875as devidas ligações prediais, de forma a evitar o lançamento de esgoto in natura nos
876recursos hídricos; (Considerando que muitas estações de tratamento não possuem
877ligações suficientes para operação eficiente e atendimento da legislação. Exemplo: No
878município de Tapes a estação tem quinze ligações prediais)." . É uma proposta
879importante... pode falar. Sr. José Homero Finamor Pinto: Eu concordo com a essência da
880proposta, melhorando um pouco a redação, mas ela não é assunto de resolução do
881CONSEMA. Isto é assunto de regulamentação lá de onde esta o órgão aprovador. Sra.
882Presidente Mari Perusso: Perfeito. Sr. José Homero Finamor Pinto: Não de uma resolução
883do CONSEMA. Sra. Presidente Mari Perusso: Eduardo. Sr. Eduardo Stumpf: Acho que
884agora cabe o destaque que eu fiz... Sra. Ana Rosa Bered: É que tem um considerando
885aqui, na proposta que foi aprovada, que diz: "a necessidade da redução progressiva de
886carga poluidora lançada in natura" , a própria proposta de resolução já propõem isso. E
887nós entendemos que sem uma rede coletora eficiente recebendo a água para tratamento
888e o esgoto, não se atinge o que buscamos, é uma incoerência. Sra. Presidente Mari
889Perusso: Mas ela é de uma legislação municipal, a regulação dela. Pode falar Finamor.
890Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso:
891Só um pouquinho gente. Sr. José Homero Finamor Pinto: Esta havendo um mal
892entendido nesta discussão. Quando a gente faz, o próprio agente financiador, neste caso
893o Governo Federal, ele exige que todas as obras que sejam feitas, elas tenham
894funcionalidade, portanto a gente sempre começa do fim pro inicio, fazendo a estação de
895tratamento e toda a rede que a gente vai fazendo pra traz chegam na estação de
896tratamento. A gente não pode fazer uma rede isolada que não levar pra lugar nenhum,
897isso aí não pode. As questões de irrigação, de obrigar um... quando a gente faz uma

898rede coletora, a gente já pega o ramal, já faz o ramal, deixa a caixinha na calçada, na
899espera pro usuário chegar ali e ligar, o que a gente não pode, foi o que aconteceu em
900Tapes, pegar o cara pelo pescoço, entrar dentro da casa dele e fazer ele desligar da
901foça, do foço sumidouro e ligar ele na rede. Isso aí não poder da CORSAN fazer isso. A
902prefeitura através da vigilância sanitária que faz isso daí, mas algumas prefeituras não
903querem brigar com seus eleitores, e não fazem. Foi o que aconteceu em Tapes, mas a
904rede ficou pronta e o pessoal não ligou. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem!
905Esclarecido. Eduardo. Sr. Eduardo Stumpf: Depois destes dois assuntos a parte, só tenho
906que melhorar a proposta que eu tenho a fazer. A proposta que eu tenho é de uma
907moção, pra nós mesmos, em relação a isso que esta sendo colocado, o problema das
908redes de esgoto, então minha proposta é: de pegar o cara pelo pescoço... essa é minha
909proposta, então a moção que eu faço a nós mesmos, sobre este assunto, como nós
910temos uma agenda de debates que já foi aprovada, mas nó não priorizamos ainda,
911embora já tínhamos um indicativo de que discutiríamos os recurso hídricos. Então a
912moção é de que um dos próximos passos da agenda de debates nossa seja isso a
913questão dos recursos hídricos, do esgotamento sanitário e como que nós, o estado,
914vamos pegar no pescoço pra fazer a ligação. Então seria neste sentido, de como a
915gente, como o CONSEMA consegue fazer isso. Por que senão a gente fica fazendo
916estação, e o nosso problema é a ligação. Então que seja uma campanha de divulgação,
917que seja... não sei... então a proposta é que este assunto seja o próximo debate da
918agenda... Sra. Presidente Mari Perusso: Vamos levar para a pauta da reunião ordinária
919do dia dezesseis. Sim, antes de encaminhar a votação. Sr. Paulo Brack: Eu sou Paulo
920Brack, eu acho que estratégico essa questão de incluir isso na resolução. Por que? Por
921que isso é uma forma de amarrar essa questão de puxar pelo pescoço entenderam, por
922que é muito comum existir as estações e a gente não estar ligado, então a gente deve
923incluir em algum lugar essa questão das redes dentro de uma resolução do CONSEMA,
924então não é por que... senão passa todo esse movimento que estamos fazendo, nós
925todos no CONSEMA, para poder aprovar esse recurso, pode ir tudo por água abaixo, se
926nós não garantirmos, eu acho que nesta oportunidade, a questão das redes coletoras.
927Sr. Ludwig Buckup: Me permite um a parte. Eu conheço muito a resistência das pessoas,
928que se negavam a gastar quanto ao acabamento, de ir até a rede de esgoto, para não
929ter que desligar a ligação ao pluvial que tem dentro de casa. Sra. Presidente Mari
930Perusso: Então em votação. Sra. Ana Rosa Bered: Só pra complementar nós entendemos
931que sem rede coletora não precisa estação de tratamento, ligação com conseqüente
932progressão, senão não não adianta ter estação de tratamento. Sra. Presidente Mari
933Perusso: Bom essa questão eu estou transferindo essa discussão pra reunião ordinária,
934pra pauta da reunião ordinária do CONSEMA no dia dezesseis. Em votação. Acréscimo de
935um artigo que trata que "O projeto do sistema de esgoto sanitário deve prever em
936primeira etapa, rede coletora na totalidade da área urbana do município com as devidas
937ligações prediais, de forma a evitar o lançamento de esgoto in natura nos recursos
938hídricos;". Quem concorda com a proposta, levante o crachá. Que discorda da inclusão
939dessa proposta, levanta o crachá. Abstencões. Certo, dois conselheiros foram embora.
940Sra. Lisiane Becker: Só um instantinho, eu entendi também, posso ter entendido errado,
941que na próxima reunião a gente tem uma pauta que é essa que foi... Sra. Presidente
942Mari Perusso: Não. Nós vamos discutir depois. Sra. Lisiane Becker: Desculpem-me mas
943nós levamos o ano inteiro discutindo a pauta e hierarquização e de repente vai tudo por
944água abaixo literalmente, pra não dizer outra coisa abaixo. Eu não estou entendendo. Sr.
945Eduardo Stumpf: Isto estava previsto na proposta de agenda. Sra. Lisiane Becker:
946(inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Perfeito, então nós vamos fazer isso. Mas
947assim eu não estou botando nada, vai por água abaixo, inclusive depois quando a gente
948discutir a pauta tem uma proposta pra discutir. Vamos continuar na votação. Sr.

949Alexandre Scheifler: Por favor uma questão de encaminhamento, acho que isto deve
950voltar para a Câmara Técnica. Sra. Presidente Mari Perusso: Terceira proposição do
951Corpo Técnico: "os sistemas de esgoto..." acresce como artigo: "Os sistemas de esgotos
952sanitários aos quais se aplicam esta resolução não poderão receber cargas externas
953(chorume, efluentes hospitalares, lodos de fossas sépticas e banheiros químicos);". Tem
954algum comentário? Em votação. Quem concorda com essa proposta, por favor levanta o
955crachá. Quem discorda desta proposta levanta o crachá, por favor. Sr. Paulo Brack: Eu
956poderia... Sra. Presidente Mari Perusso: Só um pouquinho. Sra. Gabriela Freitas: É só
957terminar a votação. Sr. Paulo Brack: Já votaram, não tem problema nenhum... Vários
958conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sr. Paulo Brack: É que o item que é
959analisado pelo órgão que libera, já bota lá na licença de operação se pode ou não pode
960receber, não item de resolução. Eu acho que a gente esta fixando numa resolução e
961tirando a atribuição da FEPAM de analisar se pode ou não pode receber carga. E tem
962mais... Sra. Lisiane Becker: Proposta da própria FEPAM.... Vários conselheiros falando ao
963mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Não. Mais calma gente, vamos
964encaminhar aqui. Esta tranquilo. Sr. Paulo Brack: Não tem problema nenhum que
965coloque aqui, mas a FEPAM tem a atribuição de fazer, e a gente tá jogando pra uma
966resolução. Sra. Presidente Mari Perusso: Continuando a votação. Sra. Ana Rosa Bered:
967Acontece que aqui, a FEPAM pode fazer a licença com todas estas exigências,
968justamente por que esta aqui, acordando determinados critérios num fórum em que a
969sociedade esta representada. Senão a gente pega e faz a licença e formula com um nível
970superexigente, em vez de aqui que é um fórum democrático. Sra. Presidente Mari
971Perusso: Perfeito. Então vamos votar de novo. Por que nós tivemos aqui uma
972interrupção na votação e o dialogo é a melhor forma de a gente ir concluindo as coisas.
973Em votação, acrescimo como artigo: "Os sistemas de esgotos sanitários aos quais se
974aplicam esta resolução não poderão receber cargas externas (chorume, efluentes
975hospitalares, lodos de fossas sépticas e banheiros químicos);". Em votação. Quem
976concorda com a inclusão como artigo essa proposta, por favor, levantem o crachá. Quem
977discorda, por favor, levantem o crachá. Levantem mais o crachá gente, senão a gente
978não consegue contar aqui. Sr. Eduardo Stumpf: É possível, justificar por que é que eu
979estou votando... Sr. Ludwig Buckup: Como é que foi a votação? Sra. Presidente Mari
980Perusso: Não. Só um pouquinho aqui. Sra. Gabriela Freitas: Nove contra. Sra. Presidente
981Mari Perusso: Abstenção? Seis. Dez, nove e seis. Por favor, justifica. Sr. Eduardo Stumpf:
982Estou justificando por que eu voto contra, nós estamos discutindo aqui uma
983excepcionalidade e como eu já tinha proposto aqui, nós temos debates importantes
984sobre o esgotamento sanitário, da qualidade dos recursos hídricos e coisas e tais. E que
985eu pela experiencia que tenho preferia fazer toda uma discussão para poder avançar
986para termos eventualmente uma resolução sobre os critérios, para dar garantias para a
987FEPAM, de critérios em relação a tratamento do esgoto sanitário que não vamos concluir
988aqui. Sra. Presidente Mari Perusso: Então essa inclusão passa a ser artigo terceiro gente,
989por conta da ordem aqui, pra nós trabalharmos. Sra. Lisiane Becker: ...alguém que sabe
990técnica legislativa pra adequar os erros dos verbos depois, tipo poderá, deveriam... Sra.
991Presidente Mari Perusso: Com certeza eu acolherei sua sugestão. Quatro, "Esta
992resolução só se aplica a empreendimentos novos que ainda não estejam operando (sem
993licença de operação);". Então, algum comentário, sim Finamor. Sr. José Homero Finamor
994Pinto: Bom isso tem a ver com o que eu comentei aqui na frente, nós temos uma série
995de estações de tratamento grande que vão precisar de ter renovadas as suas licenças, a
996gente precisa que elas tenham renovadas as suas licenças, porém elas foram projetadas
997a maioria das redes que a gente tem aí, aqui em Porto Alegre, a São João/Navegantes,
998foram projetadas antes de dois mil e seis, portanto elas não atendiam a resolução
999CONSEMA cento e vinte e oito, e aí nós vamos construir para quando chegar na hora de

1000renovar a licença, não tem como fazer isso. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem. Sra.
1001Edi Xavier Fonseca: Aí eu fiquei meio confusa. Não era PAC. Coisas novas. A
1002excepcionalidade. A urgência para fazer mais estações de tratamento... então ficou um
1003pouco... pra nós, não é... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível).
1004...inclusive os projetos em andamento deveriam ser revistos todos, projetos inclusive os
1005aprovados pelo PAC... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Se é o
1006PAC é um projeto novo. Sra. Presidente Mari Perusso: Quer responder Finamor? Sr. José
1007Homero Finamor Pinto: O PAC tem recursos para obras novas, pra sistemas novos e para
1008e melhoria e reforma de sistemas antigos, por exemplo em Canoas nós temos doze
1009sistemas de esgoto a trinta anos, nós vamos passar Canoas por três fases do PAC para
1010até dois mil e dezessete para termos sessenta e cinco por cento da população atendida
1011pelo esgoto, inclusive com a duplicação da estação de tratamento de Canoas, então o
1012PAC não é só para obras novas, ele prevê reformas e ampliações de sistemas existentes,
1013então o que eu estou falando é que os doze por cento que nós temos hoje, com essa
1014resolução que esta aí, elas voltam tudo pra zero, pra depois a gente ter que sair do zero
1015e não do doze. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem, obrigado. Em votação. Proposta
1016de inclusão como artigo, item quatro do parecer de vistas dos técnicos da FEPAM, do
1017Corpo Técnico da FEPAM: "Esta resolução só se aplica a empreendimentos novos que
1018ainda não estejam operando (sem licença de operação);". Quem concorda com essa
1019inclusão, levanta o crachá. Quem discorda com essa inclusão, levanta o crachá.
1020Quantos? Sra. Gabriela Freitas: Vinte votos. Sra. Presidente Mari Perusso: Vinte votos
1021contrários e três favoráveis. Proposta de inclusão numero cinco do Corpo Técnico da
1022FEPAM: "É vetado o lançamento de efluentes em drenagens secas ou intermitentes;".
1023Quer falar? Sra. Ana Rosa Bered: É o que a quatrocentos e trinta coloca. Sra. Presidente
1024Mari Perusso: Tem algum comentário? Alguém mais. Sr. Eduardo Stumpf: Eu tenho que
1025confessar que não entendi. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem, entendeu? Sr.
1026Eduardo Stumpf: Não entendi. Sra. Presidente Mari Perusso: Não entendeu! Tem alguém
1027que... Conselheiro não identificado: Pode repetir? Sra. Presidente Mari Perusso: Pode.
1028Sra. Ana Rosa Bered: Assim, a quatrocentos e trinta permite. Aqui nós estamos
1029discutindo a substituição da cento e vinte e oito, então o que o Corpo Técnico esta
1030dizendo é que em drenagens secas ou intermitentes não é adequado. Por que? Por que
1031não tem água. E aqui a gente, inclusive, reforça a importância do corpo receptor em
1032termos de estabilidade e de qualidade do atendimento, já que processamos... Vários
1033conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Ana Rosa Bered: ...certo. Sra.
1034Presidente Mari Perusso: Algum esclarecimento mais? Finamor. Sr. José Homero Finamor
1035Pinto: Concordo com a proposição dela... Sra. Presidente Mari Perusso: Certo. O lixão.
1036Certo então vamos a votação. Inclusão, aí como artigo quarto: "É vetado o lançamento
1037de efluentes em drenagens secas ou intermitentes;". Em votação. Quem concorda com a
1038inclusão, levante seu crachá. Sra. Ana Rosa Bered: Olha! Sra. Presidente Mari Perusso:
1039Viu, a gente conversando a gente consegue, a gente vai longe. Vários conselheiros
1040falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Vinte e quatro
1041votos. Algum voto em contrario? Alguma abstenção? Vários conselheiros falando ao
1042mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Sexta proposta: "A critério do
1043órgão ambiental, poderão ser fixados padrões de nitrogênio amoniacal e fósforo
1044total;(Este item se deve a corpos hídricos receptores que estejam comprometidos na sua
1045qualidade, tendo em vista a melhora progressiva da qualidade do corpo receptor).". Sra.
1046Ana Rosa Bered: A justificativa é essa, o objetivo de todos nós, é melhorar a qualidade
1047dos corpos receptores, então em determinados corpos receptores a gente se atribui a
1048possibilidade de fixar para estes dois, nitrogênio amoniacal e fósforo total, que é
1049excluído da quatrocentos e trinta, em alguns casos onde se entenda que o corpo hídrico
1050receptor não sustenta a pessoa viver, entende-se que se deverá determinar certos

1051valores, fui clara. Sra. Presidente Mari Perusso: Sim. Em votação. Quería falar Finamor?
1052Sr. José Homero Finamor Pinto: Este assunto de nitrogênio e fósforo, ele esta previsto
1053que em casos excepcionais também possam ser determinados. Sra. Presidente Mari
1054Perusso: Sim. Sr. Ivo Lessa: Nos municípios onde os loteamentos se incluem no impacto
1055local pode ser de critério do órgão ambiental estes padrões. Diferente disto é do
1056CONSEMA e não do órgão ambiental, falar em órgão ambiental limita-se a uma coisa
1057restrita... Sr. Thiago Krebbs: Desculpe-me, mais na verdade o órgão ambiental, é o
1058órgão ambiental competente, no caso do município se ele tiver competência para aquilo,
1059ele será o órgão ambiental. Como logística, esta escrito, não esta informado. Sr. Ivo
1060Lessa: Como logística não esta escrito. Sr. Thiago Krebbs: Você esta certo. É o órgão
1061ambiental, o órgão ambiental que é competente, na verdade pode ser municipal,
1062estadual. Sra. Presidente Mari Perusso: Eduardo. Sr. Eduardo Stumpf: Eu queria justificar
1063que sou contrario a isso, embora isso seja pertinente, por que eu acho que a gente tem
1064que fazer a discussão desta matéria como um todo. Por que? O que nós temos hoje? No
1065momento em que o CONSEMA tem essa prerrogativa de, com base nas propostas que os
1066órgãos apresentaram, FEPAM e SEMA, fixar comparando os parâmetros, então a
1067proposta é que isso seja discutido numa outra instância, para nós chegarmos a uma
1068resolução que de segurança para o órgão ambiental. Por que a FEPAM fica fixando
1069parâmetros e não é essa a competência da FEPAM, a FEPAM fixa parâmetros por conta
1070do CONSEMA não funcionar e não fixar os parâmetros. O órgão legislador é o CONSEMA.
1071Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sr. Ivo Lessa: Deixa eu
1072entender... Sra. Presidente Mari Perusso: Só um pouquinho gente. Sr. Ivo Lessa: ...com
1073a condição excepcional, para nós atendermos a legislação federal, é isso. Então como é
1074que, se nós estamos buscando parâmetros pra atingir a legislação federal, nós vamos
1075começar a restringir aqui. Hoje. já. Eu acho que nós temos que atingir em caráter
1076excepcional a legislação federal. Sra. Ana Rosa Bered: Eu posso explicar? Sra. Presidente
1077Mari Perusso: Pode. Antes da votação. Sra. Ana Rosa Bered: Eu peço a atenção. Ivo, eu
1078vou explicar. É que assim, o intuito dessta proposta, se for aprovada hoje, é melhorar as
1079condições ambientais da água... (inaudível)... este é o principio. Então o que é que o
1080Corpo Técnico da FEPAM analisou, quais são os aspectos em que a gente tem que se
1081deter para melhorar. Quais deles é que... (inaudível)... dar as condições de...
1082(inaudível)... em casos em que, se entende que vai piorar, por que o corpo hídrico é...
1083(inaudível)... ou por que, não sei, esta comprometido, ou é uma lagoa... (inaudível)...
1084Esta é a abertura, para gente poder em casos excepcionais, também, se definir alguns
1085padrões, para melhorar a qualidade da água, que é o que a gente entendeu, e que é o
1086objetivo da gente estar aqui. Sra. Presidente Mari Perusso: Em votação... Fala Eduardo.
1087Sr. Eduardo Stumpf: Não é só para referendar; no momento em este CONSEMA é
1088incompetente. No momento que nós aprovar isso, nós estamos atestando a nossa
1089incompetência tão grande, que a gente esta delegando para a FEPAM o poder de decidir.
1090Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso:
1091Vamos lá. Proposta seis: "A critério do órgão ambiental, poderão ser fixados padrões de
1092nitrogênio amoniacal e fósforo total;". Quem é favorável a inclusão deste item como
1093artigo na resolução levanta o crachá. Quatro. Quem é favorável a não inclusão deste
1094artigo na resolução, por favor levante o crachá. Proposta numero sete... a desculpe-me.
1095Abstenções? Quatro a favor, dezesseis contra e quatro abstenções. Proposta numero
1096sete para inclusão como artigo: "Deverá ser realizado diagnóstico do corpo receptor
1097quanto à presença de cianobactérias e posterior monitoramento, com vistas ao
1098atendimento dos padrões elencados na Resolução CONAMA trezentos e cinquenta e sete
1099de dois mil e cinco; (Em função da caracterização do corpo hídrico receptor e seu
1100comprometimento, se verificará a necessidade quanto ao atendimento dos padrões para
1101cianobactérias)". O Thiago alerta que nós não estamos suspendendo a três, cinco, sete,

1102ela continua em vigor, ela é uma resolução do CONAMA. Então tem alguma fala sobre
1103isso? Sra. Ana Rosa Bered: Não. É exatamente o que esta aqui. Sra. Presidente Mari
1104Perusso: É exatamente o que esta aqui. Fala Finamor. Sr. José Homero Finamor Pinto: A
1105resolução do CONAMA, a quatrocentos e trinta já prevê isso. Sra. Presidente Mari
1106Perusso: Esta bem. Em votação. Proposta do item sete, quem é favorável a inclusão
1107desta proposta como artigo na resolução, levanta o crachá. Três. Que é contrario a esta
1108proposta de inclusão na resolução, levanta o crachá. Dezesete. Abstencões. Três. Três
1109a favor, dezesete contra e três abstencões. As outras duas questões nós já tínhamos
1110analisado. Decima e ultima: "Se durante a operação do SES (Sistema de Esgotamento
1111Sanitário), os monitoramentos/análises demonstrarem o não atendimento da resolução
1112proposta, o órgão ambiental exigirá tratamento complementar.". Em votação, proposta
1113para ser incluída como artigo na resolução. Que é favorável, por favor levantar o crachá.
1114Duas. Quem é contrario a inclusão como artigo? Dezesete. Abstencões? Duas pela
1115inclusão, contra dezesete e abstencões quatro. Bom a proposta três que foi aprovada,
1116ela ficaria como artigo três, a proposta cinco que foi aprovada ficaria como artigo quarto
1117e o o artigo terceiro ficaria como artigo quinto, e o artigo quarto como artigo sexto. Eu
1118tinha falado aqui, em querer trabalhar a pauta, mas diante do esclarecimento das
1119pessoas aqui do plenário que não trabalharíamos pauta, e eu como gestora
1120encaminharei um ofício para que a Câmara decida temas como o conhecimento do
1121CONSEMA da questão do SIRAM (Sistema Integrado de Regularização Ambiental) e de
1122projetos estratégicos que hoje trabalham dentro da SEMA e da FEPAM, que eu acho que
1123seria de muita importância que o corpo do CONSEMA, que os conselheiros e conselheiras
1124conhecessem profundamente, este projetos estratégicos, que na visão do gestor serão
1125importantes pra gente dar um salto de qualidade muito grande na gestão destes dois
1126órgãos. Então isso eu vou formalizar esta questão pra que a gente possa trabalhar este
1127tema. Tinha alguém inscrito antes. Sr. Fernando Hartmann: Fernando da Sociedade de
1128Engenharia. Nós aprovamos antes, naquele artigo que se refere ao não recebimento de
1129lodo de foças sépticas e banheiros químicos. O que vai ser feito no estado com relação a
1130limpeza geral disto aí. Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.
1131Presidente Mari Perusso: Finamor. Sr. José Homero Finamor Pinto: É a respeito disto aí
1132que o Fernando perguntou, que é muito importante, não é uma questão de pegar o
1133descarte, é de onde jogar isso. Vocês sabem que tem uma realidade... os banheiros
1134químicos tem que ser descarregados, as foças sépticas elas duram um ano, e depois elas
1135ficam assoreadas e não servem para mais nada, ela é uma caixa de passagem. O
1136chorume, o lodo... eu estou falando em tratamento... Vários conselheiros falando ao
1137mesmo tempo. (inaudível). Sr. José Homero Finamor Pinto: A pergunta que ele esta
1138falando ali, é que da forma que ficou ali o órgão ambiental vai ter que resolver quando
1139chegar alguém e perguntar aonde é que vai jogar o esgoto dos banheiros químicos, o
1140chorume, os efluentes hospitalares que hoje eles vem para a rede coletora... Conselheira
1141não identificada: (inaudível). Sr. José Homero Finamor Pinto: não poderão receber o
1142certificado... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sr. José Homero
1143Finamor Pinto: ...vai dar pra todo mundo, tem gente que recolhe o banheiro químico,
1144mas aonde é que ele vai jogar... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo.
1145(inaudível). Sr. Eduardo Stumpf: todo mundo falando ao mesmo tempo não vai dar.
1146Conselheiro não identificado: O banheiro químico, é na verdade um esgoto sanitário.
1147Conselheiro não identificado: Não. Vários conselheiros falando ao mesmo tempo.
1148(inaudível). Sra. Lisiane Becker: Eu gostaria de lembrar novamente, na reunião anterior
1149eu já solicitei, das atas. Por que nós discutimos aqui durante três ou quatro reuniões as
1150pautas para os próximos dois anos, e foram votados os assuntos, por temas e nós nunca
1151recebemos estas atas... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.
1152Lisiane Becker: ...o quanto antes possível, as três ultimas atas pelo menos por que elas

1153 trazem os itens que foram priorizados... Sra. Presidente Mari Perusso: dá pra
1154 disponibilizar na próxima reunião? Sra. Gabriela Freitas: A gente vai fazer um esforço,
1155 por que a gente tem uma dificuldade, e os conselheiros sabem, que é de a gente fazer a
1156 degravação no detalhe de tudo que é dito, e a nossa equipe esta composta hoje por
1157 duas pessoas. Sra. Lisiane Becker: Eu entendo aqui também, mas sabe por que é
1158 complicado. Por que a gente esquece o que foi votado, e o que foi acordado. A gente
1159 não tem que discutir culpa, mas assim o SIRAM é muito bom ser apresentado aqui, mas
1160 já foi apresentado aqui, não tem problemas a gente ver de novo... Sra. Presidente Mari
1161 Perusso: Então esta resolvida a questão do SIRAM. Sra. Lisiane Becker: Não. Não é isto
1162 que eu estou dizendo, é que tem coisas que vão acontecendo e podem acontecer
1163 novamente sem dúvida, só que é bom a gente ter o registro destas coisas, pra mim é
1164 fundamental, pra não esquecer a história, do que é que a gente já propos, do que a
1165 gente esta propondo. Sra. Presidente Mari Perusso: Então o esforço vai ser total aqui da
1166 Gabriela e quem trabalhar para ter na próxima reunião ordinária, mas assim eu
1167 acompanho muito o SIRAM mesmo ele na sala de gestão, mas eu acho que a gente tem
1168 que discutir mais e verdadeiramente trabalhar a implementação, então é importante... a
1169 gente discute, mas não é o suficiente. Sra. Lisiane Becker: Eu não entendo... Sra.
1170 Presidente Mari Perusso: Não entendi, mas é importante isso. Eduardo. Ah! Desculpe-
1171 me! A Mira Serra. Sra. Lisiane Becker: até o que ela falou e complemento, e vou falar
1172 novamente. Eu não vejo como uma justificativa o numero de pessoas para não fazer ata,
1173 nós já tivemos dentro do conselho, do CONSEMA, uma pessoa fazendo o trabalho de
1174 todas as Câmaras Técnicas e do CONSEMA. Atas, não é relatos, atas, esta acumulando
1175 as atas, nós temos uma ata. Sra. Presidente Mari Perusso: Eu já tinha dito aqui que não
1176 vamos fazer uma esforço... Sra. Lisiane Becker: ...o que foi falado do PAC aqui, não é
1177 assim... não tem nada comprovado aqui... Sra. Presidente Mari Perusso: Lisiane. Esse
1178 argumento é valido, tanto que a gente aceita ele várias vezes de quando as coisas não
1179 tem andamento no prazo, que poderia ter dado, por que o corpo é insuficiente, então a
1180 gente precisa ter um dialogo, ter um pouco de paciência... Sra. Lisiane Becker: ...nós
1181 temos menos pessoas... Sra. Presidente Mari Perusso: ...mas se a gente aplicar pra isso,
1182 essa... Sra. Lisiane Becker: ...eu não consigo entender por que o contrato... Sra.
1183 Presidente Mari Perusso: ...sim mas é uma... tu esta levantando uma falsa polemica. Já
1184 teve o compromisso meu aqui de que a Gabriela fará esse esforço. E a gente não pode
1185 ser tão dura, do meu ponto de vista, com isso, por que se a gente fizer isso com alguma
1186 coisa a gente vai ter que fazer com tudo, e com tudo é complicado, então... Sra. Lisiane
1187 Becker: (inaudível) ...em um ano. Sra. Presidente Mari Perusso: Bom eu posso falar por
1188 mim, não posso falar pelos outros. Sr. Eduardo Stumpf: É só em relação a questão da
1189 agenda, a agenda ela foi toda discutida, foi toda aprovada, e nós fizemos três
1190 deliberações, conjunto de três deliberações: assuntos que vão diretos para as Câmaras
1191 Técnicas que são assuntos já ligados as Câmaras Técnicas, por exemplo a qualidade da
1192 água que são assuntos importantes. É importante que já sendo discutidos pelos técnicos.
1193 Mas a questão que esta sendo discutida hoje, que é o sistema de saneamento, de
1194 esgotamento. Isso se ficou de fazer uma apresentação geral dentro do CONSEMA, como
1195 se fosse um diagnostico situacional, um diagnostico de todo o sistema, pra depois nós
1196 deliberarmos, se vamos fazer resolução, como nós vamos interagir com outros sistemas
1197 de saneamento, o Conselho Estadual de Saneamento CONESAN entre outros, e com
1198 relação ao SIRAN também, que esta pautado como diagnostico, então cabe ele vim pra
1199 cá. É importante na próxima reunião... Sra. Presidente Mari Perusso: Qual é o
1200 andamento. Sr. Eduardo Stumpf: Na próxima reunião dentro daqueles temas, eu acho
1201 que temos trinta pontos. Então eu seria trazer esses assuntos priorizados pra pauta e aí
1202 nós discutimos, quando nós discutimos. Até alguma coisa nós já tínhamos decidido, por
1203 exemplo Recursos Hídricos, a proposta do Hartmann, seria uma das coisas primeiras, por

1204exemplo a questão dos Resíduos Sólidos nós só íamos discutir em dois mil e quatorze...
1205Conselheira não identificada: É só ver as atas, e a gente pegar. Sr. Eduardo Stumpf: Não
1206eu tenho no papel aqui, e é isso que eu estou pedindo, que se traga isso sistematizado.
1207É só colocar em ordem, por exemplo Resíduos Sólidos a gente já tinha dado indicativos
1208pra discutir só em dois mil e quatorze depois que todos os temas tivessem implantados.
1209Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem! Sr. Ivo Lessa: Secretaria, só uma manifestação
1210em nome da FARSUL, trazendo o nosso apoio a sua estada aqui na secretária e apoio ao
1211governo. E dizer que sempre estaremos presentes envolvidos os nossos interesses ou
1212contra os nosso interesses, mas nós sempre estaremos presentes nesta discussão, e
1213gostaríamos de deixar bem claro ao estado que é um momento de nós crescemos, e a
1214senhora pode levar ao Governo do Estado que sempre estaremos juntos na busca de um
1215entendimento na resolução dos problemas ambientais do nosso estado. Sra. Presidente
1216Mari Perusso: Muito obrigado. Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra. Não. Sem
1217mais. Declaro aqui encerrada a nossa reunião extraordinária. Muito obrigada a todos e a
1218todas.

Mari Perusso

SEMA

Presidente do CONSEMA

Fernando Hartmann

SERGS

Itabajara Vaz

Cbiot

Ana Rosa Bered

Corpo Técnico da FEPAM

Lisiane Becker

Miraserra

Ludwig Buckup
IGRÉ

Angêlo Antonio V. Silva
SSP-BM-CABM

Edi Xavier Fonseca
AGAPAN

Alexandre Scheifler
FETAG/RS

Paulo Brack
INGÁ

Gilda Goulart
FAMURS

José Homero Finamor Pinto
CREA

Darci Bernech Campani
UFRGS

Paulo José Gallas
SCIT

Silvana Favreto
SEDUC

André José Kryszczun
SEDAC

Ana Lucia Cruz
SINDIÁGUA/RS

Luiza Christina Schafer
SEPLAG

Ivo Lessa
FARSUL

Jurandir Farias
SEINFRA

Torvaldo Marzolla
FIERGS

Marco Antonio Franceschi
SDPI

João Pessoa R. Moreira Junior
IBAMA

Clóvis Kurtz Galery
SES

João Carlos A. Santos
SOP/RS

Eduardo Stunpf
Fórum de Comitês de Bacia Hidrográficas

Valdir P. Zonin
SEAPA

Márcia Gomes
FEPAM